

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de Sociologia

Desigualdade: estímulo social das emoções humanas

Martim Sobral Gomes de Azevedo Infante

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Sociologia

Orientador:

Rui Pena Pires, Professor Auxiliar, Departamento de Sociologia,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de Sociologia

Desigualdade: estímulo social das emoções humanas

Martim Sobral Gomes de Azevedo Infante

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Sociologia

Orientador:

Rui Pena Pires, Professor Auxiliar, Departamento de Sociologia,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019

RESUMO

A presente exploração de cunho teórico-exemplificativo e observacional traça um percurso que, a partir da discussão de conceitos centrais à sociologia, pretende dar conta da necessária alteração dos preceitos para o estudo da desigualdade no mundo contemporâneo. Com base numa perspectiva situacional, é exposto um modelo simples para apreciação da actividade interaccional, que servirá de base para a melhor interpretação do despoletar das emoções sociais humanas, circunstancialmente consideradas. De forma cumulativa, por dedução, é interpretada a hipótese da irreducibilidade da desigualdade (social) a partir de um grupo variado de exemplos, cujo fito é perceber, afirmando, a influência da desigualdade na criação da emoção humana.

Palavras-chave: Desigualdade, emoções sociais, interacção, situação, sociologia das emoções.

ABSTRACT

The present exploration with an exemplificative-theoretical and observational basis traces a course which, based on a discussion of fundamental concepts to sociology, pretends to give notion about the need of alteration of the precepts, used for the study of inequality in the contemporary world. Based on a situational perspective, it is exposed a simple model to approach the interactional activity, which will be used for the better understanding of the trigger of human's social emotions, circumstantially considered. On a cumulative basis, deductively, it is interpreted the irreducibility of the (social) inequality hypothesis using a varied group of examples, whose objective is to understand, stating, the influence of inequality on the human's emotion creation.

Keywords: Inequality, interaction, situation, social emotions, sociology of emotions.

ÍNDICE

RESUMO	I
ABSTRACT	I
INTRODUÇÃO.....	1
1ª PARTE	3
I – CONTEXTUALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	3
II - METODOLOGIA GERAL ADOPTADA.....	8
2ª PARTE	11
III – INTERAÇÃO - SITUAÇÃO	11
IV – SOCIABILIDADE	17
V – PODER, STATUS E DESIGUALDADE	19
3ª PARTE	24
VI – EMOÇÕES: ELEMENTO IMPLÍCITO.....	24
VII – EMOÇÕES UNIVERSAIS E EMOÇÕES SOCIAIS.....	27
VIII – DESIGUALDADE: ESTÍMULO SOCIAL DAS EMOÇÕES HUMANAS	30
<i>INVEJA</i>	32
<i>SIMPATIA, COMPAIXÃO</i>	33
<i>EMBARAÇO, VERGONHA, CULPA</i>	34
<i>ORGULHO</i>	36
<i>DESPREZO</i>	37
<i>ADMIRAÇÃO, ESPANTO, SURPRESA</i>	37
<i>CIÚME</i>	39
CONCLUSÃO.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	43
ANEXOS.....	49
ANEXO A – ILUSTRAÇÕES DA IDEIA DO MUNDO VIRADO AO AVESSO, LITERATURA DE CORDEL DO SÉCULO XVIII	50
ANEXO B – INTERACÇÕES SITUADAS NO ESPAÇO E NO TEMPO.....	51
ANEXO C – REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS CERIMONIAIS, PARIS	51
ANEXO D – ANTIGOS ESPAÇOS DE RECREIO, PALÁCIO DE MAFRA	52
ANEXO E – CERIMÓNIA RELIGIOSA, CONVENTO DE MAFRA.....	52

ANEXO F – DONALD TRUMP EM CAMPANHA, TEXAS, OUTUBRO 2018.....	53
ANEXO G – FILA DE ESPERA NUMA PARAGEM, BUDAPESTE.....	53
ANEXO H – DESPOLETAR DE EMOÇÕES (SOCIAIS) EM INTERACÇÃO.....	54
ANEXO I – PEÕES AGUARDAM PELO SINAL VERDE, BUDAPESTE	54
ANEXO J – REPREENSÃO SOCIAL, LISBOA.....	55
ANEXO K – O DESRESPEITO PELA ORDEM, LIMA, PERU.....	55
ANEXO L – UM PÚBLICO NO MUSEU DO LOUVRE, PARIS.....	56

INTRODUÇÃO

A visão ideológica adstrita à apreciação da desigualdade entre os homens consubstanciada desde, aí com mais impacto, os ideais humanistas da renascença e, mais tarde, cunhados como inquestionáveis nos tempos do iluminismo francês, vertido em axioma face à enviesada discussão nos dois séculos que o seguiram, fez com que uma ideia, a da desigualdade, ponto nevrálgico distintivo da ideia social, tenha escorregado num caminho único. Todavia, outros iluminismos estão disponíveis para fazer face a essa unilateralidade e, não apenas por forma a reintroduzir um debate que se crê fundamental, acima de tudo por servir de propósito para encarar de outra forma o novo ambiente social contemporâneo e as suas dinâmicas particulares, a ocidente, e intentar outros caminhos que se possam revelar senão mais proveitosos, pelo menos mais fieis, iniciamos com estes propósitos a nossa apreciação. É pela observação social orientada do decorrer das primeiras duas décadas deste terceiro milénio, suportada por uma visão a nosso ver mais condizente com a nossa interpretação, que intentaremos na nossa investigação.

Depois de um deambular desbravador por entre os mais variados pensadores de diversas épocas, tomando-os em contacto, exporemos o sentido da desigualdade enquanto factor social constitutivo e como, com cada vez maior preponderância, esta se manifesta e exige atenção nos microfenómenos nascidos das interações humanas. Com fundação assente num discorrer teórico, experimental e observacional, tentamos a hipótese de que por detrás do despoletar emocional dos indivíduos quando socialmente expostos (directa e depois reflexivamente), está, entre outros factores, a comparabilidade imanente a toda a exposição social e a desigualdade, factor consequente da partilha situacional. Fazendo uso da teoria de status-poder, apresentamos a desigualdade como terceiro constituinte fundamental, numa meta-relação que antecede a distribuição dos dois pontos centrais para o discorrer situacional.

A presente dissertação está organizada em três partes distintas, divididas num total de oito capítulos. No primeiro capítulo é feita uma contextualização alargada no que diz respeito a diferentes considerações da sociabilidade humana, com destaque para os aspectos mais críticos que contribuíram para a conceptualização hoje aceite da desigualdade social. No segundo capítulo procura-se dar fundamento à metodologia adoptada, dando mostras não apenas da muito prolífica produção teórica *per se*, bem como da relevância de unir esta abordagem com um método de observação estruturado.

Nos terceiro, quarto e quinto capítulos damos início à nossa formalização mais alargada do conceito de desigualdade, partindo do princípio de que apenas na interação situada, isto é, no campo da microsociologia, se pode perceber a largueza dos fenómenos sociais. Para tal, contribui um ambiente contemporâneo de maior proximidade interaccional entre os mais diversos indivíduos, bem como a cada vez maior necessidade de atender às mais ténues minudências da experiência quotidiana, por forma a melhor caracterizarmos as relações sociais e os efeitos destas no despoletar emocional do homem. Propomos um aditamento à noção de solidariedade exposta por Durkheim, a que damos o nome de proximidade, unindo estes dois conceitos dentro de uma mais larga noção, denominada sociabilidade. Concluimos a segunda parte com uma breve apresentação da teoria status-poder, e acrescentamos o nosso conceito de desigualdade por forma a construirmos um modelo tripartido de análise social.

Na terceira e última parte, começamos por fazer uma crítica ao alegado esquecimento objectivo dos mais célebres sociólogos no que diz respeito às emoções humanas, partindo para uma caracterização daquilo que denominados emoções universais ou básicas, e sociais, porque despoletadas em interação. No último capítulo, apresentamos a nossa estrutura de observação não participante e expomos sucessivos exemplos que reflectem diversas emoções sociais, analisados à luz do modelo desigualdade-status-poder.

Ao longo do nosso texto procuramos aliar a discussão e interpretação teórica mais abstrata a exemplos e registos observacionais que melhor registem a nossa ideia e, mais importante, com maior grau de plausibilidade, indiciem ser relevante as nossas considerações para um mais profundo entendimento do mundo em que vivemos: do princípio ao fim, não existiu outro intento.

Todas as citações constantes nesta dissertação têm tradução livre, a não ser quando as obras citadas estão já traduzidas para língua portuguesa.

1ª PARTE

“A sociedade é uma estrutura composta por elementos desiguais. A ‘igualdade’ sobre a qual os esforços democráticos ou socialistas estão direccionados – e que em parte alcançam – é na verdade uma equivalência de pessoas, funções ou posições. Igualdade nas pessoas é impossível devido às suas diferentes naturezas, conteúdos de vida, e destinos” (Simmel, 1959: 351)

I – CONTEXTUALIZAÇÃO INTERPRETATIVA

A associabilidade humana é um factor de imanência biológica, herdado do nosso passado primata (Turner, 2000: 12). Todavia, desde a Grécia antiga, com maior ou menor discussão e nível de aceitação, a sentença de Aristóteles (s.a.: I.1253a-3) “o homem é, por natureza, um ser vivo político”, está por demais difundida como preceito axiomático.

O mais premente problema tem sido a tendência geral de tomar essa acepção como factor de uma sociabilidade natural, inerente ao próprio homem (Turner, 2000: 141), interpretação não admissível a partir daquela afirmação. A palavra *político* serve de tradução para o grego *politikon*, e esta deve ser tomada como expressão de “ser cívico” e não propriamente de “ser social”¹.

Aquilo que está aqui imposto, é a noção da existência de uma procura de ordem pelo homem, quando em disposição social, algo que faz das duas ideias em cima mencionadas um todo harmónico. A noção fundamental de Hobbes (1651) da *bellum omnium contra omnes* no conhecido Estado de natureza, faz realçar essa unidade, pois a ideia por detrás não é dissemelhante: o homem é para si próprio, mesmo quando em ambiente social, e só fazendo uso inventivo de mecanismos interpessoais, pode ser firmada a própria ordem.

Na obra de Durkheim encontramos a mesma preocupação, tendo este encontrado a solução nos valores comuns partilhados pelos membros sociais (Parsons, 1937: 449). A discussão aqui levantada, constitui um dos centrais problemas da história do pensamento social (Parsons, 1937: 91; Pires, 2012), e está no busílis da *raison d'être* da própria teoria social (Wrong, 1961: 184). Nos dias de hoje, o mencionado problema da ordem, continua a ocupar lugar central na sociologia (Giddens, 1984: 35).

Um interessante exemplo histórico (Burke, 1978: 188-190) desta faceta fundamental, encontra-se, em antagonismo, na variadíssima gama de representações populares da ideia do mundo virado do avesso (*vide* Anexo A) que, desde meados do século XVI, um pouco por toda

¹ Ver, em especial, a nota 10 da p. 595, em Aristóteles (s.a.).

a Europa, grassava na literatura de cordel como representação da total liberdade em oposição à ordem quotidiana. O Carnaval era precisamente a manifestação *de facto* desta ideia, um autêntico “tempo de desordem institucionalizada”.

Rousseau (1755), com uma visão de aparência antagónica, mas certamente idealista, dedicou um ensaio ao tema da desigualdade, e aí identificou dois tipos, natural e moral (1755: 27) e quatro espécies de desigualdade (social): a riqueza, a nobreza, o mérito e a força (1755: 83), não deixando de mencionar que “as qualidades pessoais estão na origem de todas as outras, a riqueza é a última à qual se reduzem no fim”.

É relevante esta afirmação e, por estranho que pareça, encontramos-la aplicável a grupos sociais de caçadores-recolectores, cujas preocupações organizativas já permitem identificar fortes disposições desigualitárias (Smith *et al.*, 2010). Esta evidência sugere a falibilidade de quaisquer noções indicativas de um “comunismo primitivo”, comum ideia mais ou menos trazida ao centro da mesa, com Marx como um dos seus mais ardentes proponentes.

Num ensaio conhecido, este pensador faz do passado idealizado um mote, ao afirmar que o homem vivente na sociedade civil é o “homem apolítico”, sendo este o homem natural, tal qual como retratado por Hobbes (Marx, 1844: 42, 56). Desta forma, pretende pôr em evidência um estado de conflito latente sempre-presente. O cidadão, para Marx, é assim um ser ausente de si mesmo, em tudo semelhante ao homem sociável (*vis-à-vis* ao homem selvagem) retratado por Rousseau (1755: 87): “sempre fora de si, só sabe viver na opinião dos outros e, por assim dizer, é apenas do seu juízo que tira o sentimento da sua própria existência”.

Esta visão foi fundamental para a substanciação da sociologia e do homem enquanto ser social. A ideia de Mead (1925: 276) assenta sobre estes pressupostos de que o *eu* se faz pela comparabilidade e expectativa face aos outros retirando, no entanto, a vertente conflituante que outros autores, como os supramencionados, expressaram. É este o estado permanente do *eu* enquanto *eu social*. Será importante reter esta ideia, da génese do nosso comportamento como relacional e comparativo, no decorrer da nossa explicação.

Há, todavia, pese embora os devidos excessos extrapolados, aquilo a que Tocqueville (1835: 69-70) denominou de “um gosto depravado pela igualdade”, característica constitutiva, mas muito instigada por um estado social democraticamente organizado. Foi fundado nestas conclusões, e em linha com o restante pensar do francês, que Elster (2009: 68) firmou o preceito: “quanto maior a igualdade geral, mais intensamente é sentida a inveja”, algo que faz revelar, em grande medida, a paradoxalidade constitutiva do indivíduo social.

De onde vêm afinal as ideias gerais de igualdade? O tema é clássico e Kant, numa obra considerada menor face ao seu talento, mas de grande importância para a ciência social, refere que há um só direito inato, a liberdade, definida como a “independência em relação a um arbítrio compulsivo de outrem” (Kant, 1797: 56). Desta forma, aquilo que se tem por *igualdade inata*, não deve ser vista senão como independência do uso do arbítrio particular, não constrangido pelo uso de *poder* alheio, ideia que encontramos em Locke, quando afirma que a “igualdade por natureza” é “o direito igual que todo o homem tem à sua liberdade natural, sem estar sujeito à vontade ou à autoridade de qualquer outro homem” (Locke, 1689: 287).

Estes preceitos de cunho moral fundam-se numa distinção feita já por Aristóteles, mencionada também por Isócrates (Rousseau, 1755: 112 nota XIX), identificando o primeiro duas espécies de igualdade: a igualdade de número (*kat'arithmon*), que pressupõe distribuição unidimensional de *tudo por todos*, e a igualdade por mérito (*kat'axian ison*), uma e outra elogiadas quando de maneira coerente aplicadas² (Aristóteles, s.a.: 1301b-30 – 1302a-7, 619 nota 1).

O último resquício contemporâneo da análise do real social e do ideal-moral, encontramos-lo em Parsons. Centrado no problema clássico da ordem, opõe duas facetas fundamentais: a existência de uma desigual distribuição de *status* e, por outro lado, a institucionalização de padrões (morais) de igualdade (Parsons, 1970: 19). Compreende que é inegável a centralidade quase-axiomática do último pressuposto nas sociedades ocidentais da actualidade, mas não esquece, ainda que grudado a uma visão funcionalista, as facetas imanentes à sociabilidade da produção de desigualdade (Grimes, 2007).

Exploraremos mais tarde as suas conclusões, mas deve desde já ser deixado explícito, tal qual exposto na citação de Simmel na abertura deste texto, que a desigualdade é aqui vista como diferença deposta socialmente, e é tida por factor inerente e constitutivo a todo o relacionamento social. Não devemos assim olhar, como fez Waters (1994: 55 nota 1) para esta ideia da desigualdade tal qual Simmel a expressou, como mero reflexo de uma ideologia ou visão epocal. O preceito deste último de que a “desigualdade social é então um reflexo das naturais diferenças individuais” (Waters, 1994: 21) só peca por perorar na inexplicabilidade: a sua apreciação é intemporal, necessita apenas de ser justificada.

² Sen (1992: 91) faz um interessante reparo a este respeito, mencionando que Aristóteles introduziu um parâmetro de subjectividade contextual: cada qual deve ser avaliado à luz da possibilidade das suas circunstâncias, factor determinante, mas sempre associado à capacidade de cada um.

Que interesse poderá ter esta discussão para a nossa explicação, se está fundada em pressupostos e posições morais? Na sua essência, prende-se no facto inquebrantável de que “a desigualdade [se encontra], neste momento, na vanguarda do debate público” (Atkinson, 2015: 13). Sabemo-lo, porque somos bombardeados por informação no mais das vezes fundada em apriorismos não suficientemente fundamentados. Atkinson, Piketty (2013), Turner (2003), Boudon (1973) ou Tilly (1999), entre um número incontável de outros autores, têm centrado as suas discussões na análise de aspectos macro-estruturais, expondo a desigualdade como factor agregado.

Por este motivo, a ideia de que (Tilly, 2005: 28) combater as categorias desiguais tem de ser um dos principais objectivos futuros, contínua a estar presente no nosso ideário intelectual. Therborn (2013), apesar de deixar alguns traços de individualização destas perspectivas, não se afasta da ideia moral prevalecente: a desigualdade é vista como um mal, um *defeito social* a ser corrigido.

O problema está na tendenciosa orientação científica que pretendem estas posições. Tal como afirma Frankfurt, pragmatista norte-americano, a ideia errónea hoje prevalecente “consiste em supor que é moralmente importante saber se uma pessoa tem mais do que a outra” (Frankfurt, 2015: 45). Mas qual a utilidade dessa visão? Deaton (2017) e Pinker (2018, cap. 9) dão mostras de que a real discussão se deve centrar entre aquilo que é tido como justiça (*fairness*) e injustiça (*unfairness*). Em particular, um estudo de Starmans, Sheskin e Bloom (2017), dá conta precisa de que as pessoas não se importam de todo pela desigualdade (neste caso económica), mas sim pela *injustiça* económica e/ou social.

Aquilo que marca o nosso presente, cada vez num mais alargado número de áreas de investigação, é a associação totalmente abusiva dos conceitos em cima mencionados, a desigualdade e a igualdade, com outros dois conceitos centrais, a injustiça e a justiça, respectivamente. Encontramos exemplos disto na sociologia, nas neurociências, e no pensar económico e político em geral (veja-se por exemplo Jasso, 2017; Deceity & Yoder, 2017), onde são transpostas barreiras sem qualquer filtro de veracidade. É possível, sem incorrer em prejuízo interpretativo, apontar a Rawls (1971: 6-13) a associação contemporânea inseparável entre *justiça social* e *igualdade*, tendo a primeira como principal foco a criação de princípios correctores das desigualdades, consequência da vivência social, desigualdades essas que afectam a ideia original de igualdade de oportunidades, singularmente considerada. Coleman (1990: 340) lembra que, a seguir a ideia estreita de Rawls, todos os direitos teriam de estar centralizados, única forma de eliminar as “desigualdades que surgem no decorrer das actividades quotidianas, como as desigualdades emergentes das origens familiares”.

Em jeito de crítica a Rawls, Sen (1992: 37-38, 81, 87) propôs uma individualização da análise e introduziu uma noção de justiça baseada na *capacidade* de cada um, por forma a considerar o “problema da variação interpessoal”. No que concerne ao problema antes levantado do excesso estruturalista, trata-se de um avanço considerável; todavia, por toda a sua análise perpassa o mesmo delineamento moral único. Therborn (2013: 56), ao afirmar que a desigualdade é a “distância social [é] considerada injusta”, faz da diferença um composto imparcial, e garante à desigualdade a forma degenerescente da fonte que perfaz a sua existência, não tendo capacidade de superar o erro que mencionámos.

A discussão deste conceito enquanto antagonismo da igualdade não é útil, até por que, a partir da exploração de Tocqueville, percebemos como a “igualdade estática” será sempre oposta à “igualdade dinâmica” (Elster, 2009: 114-115, 185), conotada em geral de mobilidade social, cada vez mais posta em causa pela adição de sucessivas adendas, autopropostas a uma desconstrução lógica *ad absurdum*.

O que está em causa é impor ao conceito de desigualdade um fundamento analítico. Com a pretensão de nos distanciarmos de apreciações de cariz moral, reverteremos a nossa observação para aquilo que temos como o ponto primeiro da sociabilidade: a interacção. Para melhor percebermos que está localizada na interacção a mais vívida experiência social dos indivíduos, vemos como é necessário alargar a definição de desigualdade por forma a conter toda a diferença relevante expressa socialmente. A estreiteza a que nos conduziu o comum crítico da desigualdade, impossibilitar-nos-ia de perceber a tão vasta gama de diferenças que nos suscitam reacções diversas. É com este alargamento conceptual em mente que abriremos a segunda parte deste texto, pois julgamos não ser possível, nas circunstâncias contemporâneas, fazer uso de uma noção que já não permite caracterizar o mundo social a que diz respeito. A melhor forma encontrada de dar conta da actual insuficiente interpretação dos factores despoletadores da desigualdade, foi precisamente alargar esta noção, dando conta da muito maior largueza da sua expressão e dos seus efeitos.

“Demasiadas vezes em sociologia tentamos fazer dos teóricos investigadores e dos investigadores teóricos, mas eu acredito que pode existir uma produtiva divisão de trabalho entre os dois” (Turner, 1988: vii-viii)

II - METODOLOGIA GERAL ADOPTADA

Os problemas identitários da sociologia têm-na perseguido desde a sua afirmação como disciplina independente. Opiniões divergem, mas o grosso da formalização desta ciência, em especial desde meados do passado século, tem seguido em algumas correntes, o caminho da autonomização sob o signo da matematização (Bourdieu, 2001: 71). Esta tendência localizada, teve início particular com a concepção mecanicista do mundo natural, operada por Galileu e depois Descartes (Abram, 1996: 31-32), e transbordou mais tarde para o mundo social (Comissão Gulbenkian, 1996: 111-114) como consequência última do reducionismo utilitarista primeiro, e devido a uma marcada orientação estruturalista de cunho mais propriamente sociológico, depois.

Perguntemo-nos: o que é válido como ciência? O que é afinal *fazer ciência*? É talvez neste ponto que o sujeito mais se impõe, e a orientação ideológica particular mais se faz revelar. Parsons, indiscutivelmente o homem mais relevante no reacender da sociologia moderna (Scott, 2012: 29), produziu a sua primeira obra como um trabalho de essência teórica, onde a empiria se fez a partir do estudo e interpretação de obras consideradas clássicas (Parsons, 1937: vii). Foi esta aliás a regra entre os grandes nomes da *ciência civil* em geral, desde Hobbes, sendo a criação científica apresentada quase sempre como filha da criatividade pura, em confluência com a observação livre e interpretativa.

Em prol de uma pretenciosa objectividade, a orientação de criação e respectiva prova alterou-se, cada vez mais preocupada com a alegada produção de factos. Merton (1945; 1948) é razoável quando defende a necessária unidade teórico-empírica, mas terá a primeira de ser reduzida à segunda e somente executada quando imanente à comprovação? Sabemo-lo não ser assim, e parece-nos que por detrás desta orientação se esconde um empirismo de elevado grau.

Esta suposta exigência faz revelar um desentendimento identificado por Boudon (1984: 301-302) entre aquilo que é a *teoria formal*, como formulação ideal weberiana com pretensões analítico-orientadoras, e a *teoria stricto sensu*, de aplicabilidade circunscrita e contextual. Inúmeros são os autores que defendem a criação teórica formal, *per se*, como fonte fundamental de produção científica. Waters é porventura o mais categórico ao afirmar que a “teoria é feita lendo, pensando, escrevendo” sendo, em grande medida, um “processo de aprendizagem”

(1994: 4). Entre muitos outros defensores desta mesma ideia, contam-se Giddens (1984), Alexander (1987), Turner (1988; 2003) e Scott (2012).

Encontramos outro ponto que importa mencionar, quando o mesmo autor faz uso de alegadas análises empíricas para servirem como auto-justificação para as suas formalizações teóricas. Collins (2004: 289) aponta a Bourdieu este enviesamento de análise, ideal-tipo de justificação que remonta, nesta linha, pelo menos a Marx.

Entendemos, desta forma, que é proveitosa a separação das investigações teórica e empírica. No entanto, é inquestionável que a primeira se revestirá de peles mais grossas e reverterá o seu carácter explicativo, se assentar os seus fundamentos meta-teóricos, orientando-se no caminho da unidade da ciência social. É esta a proposta de Brante (2001) e Alexander (Waters, 1994: 153), e é, de uma ou outra forma, o que está na base dos grandes trabalhos de Giddens (1984) e Coleman (1990).

Aquilo que permanece subentendido nestas obras é o reconhecimento visível da artificial multidisciplinaridade consagrada desde o dealbar do século XX, redundando numa crescente sobreposição não apenas de métodos, também de interligações impostas no tratamento explicativo dos conteúdos que se criam específicos (Comissão Gulbenkian, 1996: 72-74). A tendência partilhada destes métodos seguiu o caminho da mencionada matematização, com a apresentação de estatísticas de pretensões auto-reveladas (Brante, 2001: 3), cujos fundamentos e conclusões não permitem suplantar o ideal estruturalista imposto na concepção do mundo social (Collins, 2004: 258), numa “comum incompreensão em sociologia de que *ciência* de alguma forma requer métodos fixos em estatísticas” (Katz, 1999: 346 nota 6).

O que podemos fazer para contornar este método truncado? A abordagem adoptada nesta dissertação seguirá a metodologia em quatro momentos expressa por Turner (1988: 13-18): definição da propriedade geral, enunciação de aspectos fundamentais, apresentação de modelos analíticos e ligação de leis abstractas à operacionalidade. Todavia, ao contrário de Turner, e em linha com a etnografia particular a Goffman (Manning, 2016), iremos fazer do último ponto mencionado não um desiderato ou culminar lógico-pragmático, antes um sustentáculo *ad continuum* de toda a construção da ideia aqui expressa.

Tendo em conta que o nosso estudo se focará na dimensão interaccional da sociabilidade humana, os métodos comprovativos ou empíricos estarão próximos da observação interpretativa, em grande medida desenvolvido pela fenomenologia de orientação social de Schutz, alargada mais tarde por Blumer (Fields, Copp e Kleinman, 2006: 173), e a observação livre, por vezes imaginada, da experiência quotidiana, fundada por Goffman (1959), nos nossos dias encontrada de forma mais sistemática por exemplo em Katz (1999: 8-12). Este método, a

que podemos nomear de teórico-exemplificativo, encontra os seus primeiros passos em Simmel³, autor que formula os seus modelos e os complementa concomitantemente com exemplos, muitas das vezes históricos. Na actualidade, assistimos a este tipo de construção em Coleman (1990), autor prolífico nesta forma de construção teórica, iniciando grande parte das suas explicações com enumeração e interpretação exemplar.

É com a ideia deste último (Coleman, 1990: 614-616) de que a(s) teoria(s) social necessita de testes de reflexividade para perceber a contínua adequabilidade desta(s) ao mundo social apreciado, que iremos dar início à nossa exploração. Hoje, mais do que ontem, há uma exigência premente de estudar a desigualdade enquanto fenómeno sempre-presente *micro-situado*: só aí pode a sua influência sobrevir.

³ Ver, em especial, o prólogo de Everett Cherrington Hughes em (Simmel, 1964: 7-9), bem como o prefácio de Goffman (1959).

2ª PARTE

“Os sistemas sociais nos quais a estrutura é recursivamente implicada, pelo contrário, compreende as actividades situadas de agentes humanos, reproduzidas pelo tempo e espaço. Analisar a estruturação dos sistemas sociais significa estudar os modos em que tais sistemas, fundados nas actividades conhecidas de actores situados fazendo uso de regras e recursos na diversidade dos contextos de acção, são produzidos e reproduzidos na interacção” (Giddens, 1984: 25)

III – INTERACÇÃO - SITUAÇÃO

Foi com Weber (1956: 5, 18) que se solidificou a distinção de base entre acção e acção social, a primeira referenciada à existência de um princípio subjectivo orientador, a segunda conceptualizada pela orientação para e a partir dos outros por parte do sujeito activo. Tal qual Weber, Parsons (1937: 43) firmou de maneira axiomática o *acto uno* (unit act) como a fonte primeira da análise sociológica. De certa forma, em linha com esta visão, Coleman (1990: 34-36) apresenta a diversidade da acção social e as suas propriedades como base geral. Todavia, deixa bem claro não apenas que essas acções “dependem dos constrangimentos situacionais”, mas também, e mais relevante, alerta para o facto de as relações sociais deterem propriedades emergentes, com influência motivadora (Coleman, 1990: 32, 43).

Esta posição confronta com uma outra, aqui adoptada, de que não é o acto mas a interacção, a unidade básica a que a sociologia deve estar adstrita (Turner, 1988: 3). As propriedades propriamente sociológicas manifestam-se na interdependência activa dos actores e, aceitando esta proposição, é nos factores emergentes desta conflagração e na influência destes mesmos factores na agência individual, que a nossa observação e interpretação se deverá focar. Atemo-nos assim, como Abell (2000: 236), centrados nas *acções (inter)dependentes*, mas, ao invés de uma perspectiva fundada numa motivação apenas intrínseca, adicionemos um estímulo proveniente do exterior.

A ponte perfeita desta idealização é pensada por Simmel (1959: 314) quando afirma que a “interacção surge sempre na base de certos impulsos para a concretização de certos propósitos”. Importa-nos perceber o sentido recíproco da acção social (Scott, 2011: 171), a interligação entre os intervenientes numa dada situação. Esta interacção deve ainda, analiticamente considerada, ser dividida em dois polos, as vertentes técnica e relacional (Kemper, 2011: 11-12). Uma e

outra são relevantes e é comum, no real, verem-se sobrepostas as duas dimensões. No entanto, é no tipo relacional que a nossa análise se aprofundará.

É com esta percepção da importância relacional da acção que se compreende a existência impossível da sociedade como *coisa* (Simmel, 1959: 320), somente presente enquanto factor reproduzido, mas também produzido, na efectividade da interacção (Giddens, 1984: 25). É neste sentido que se apresenta aqui a noção de estrutura social como “conjunto de propriedades sistémicas ordenadoras da acção social com o estatuto de realidade emergente reconhecível pelos seus efeitos objectivos” (Pires, 2007: 29). Podemos ainda concretizar mais esta visão pois, em boa verdade, as interacções sociais acontecem sempre socialmente situadas, isto é, em “ambientes em que dois ou mais indivíduos estão fisicamente reagentes entre si” (Goffman, 1983: 2).

Com isto em vista, a interacção, ou “o comportamento comunicativo daqueles que estão imediatamente presentes entre si” (Goffman, 1963: 24), interessa-nos enquanto ponto de análise pragmatista e comprovativo, isto é, na sua forma de *interacções situadas* (situated interactions) (Katz, 1999: 323-324), porquanto a noção de *situado* evidencia “qualquer evento circunscrito às barreiras físicas de uma situação” (Goffman, 1963: 21). A partir da situação e não do indivíduo, será possível retirar padrões gerais da actividade social em geral (Collins, 2004: 3-4), *mutatis mutandis*, as particularizações específicas. Esta concepção analítica está implícita em Goffman, com uma atitude por vezes excessiva, ao entender as acções individuais quase totalmente extrinsecamente motivadas (Kemper, 2011: 120). Todavia, parece inegável, podemos reter dinâmicas próprias numa fila de espera numa paragem de autocarro, situadas *in loco*, mas também embebidas na continuidade permanente da actividade interaccional.

Devemos estar atentos por forma a evitar reducionismos, algo comum nas análises de Goffman e Collins. Importa mencionar que, para além da centralidade sociológica na interacção, é nesta que se fundamenta a mais vívida unidade dos indivíduos (Turner, 1988: 14; Coleman, 1990: 43), sendo precisamente neste nível que se realiza a integração social, base reprodutiva e produtiva da estrutura, isto é, da mostra da *dualidade* estrutural (Giddens, 1984: 25-28). Para mais, devemos atentar para o facto da interacção situada ter uma imanência biológica inalienável, sendo relevante também assentar que existem necessidades que sobrelevam todas as relações sociais (Turner, 2002: 28, 99).

O sentido de continuidade integrada de e em toda a vida social é aquilo que, apoiados em Turner (2002: 32, 245), chamamos aqui de embebimento (*embeddedness*), conceptualização a nosso ver em linha com Giddens (1984), bem como em Coleman (1990) a partir do seu modelo integrado a três níveis.

Para melhor compreender a centralidade situacional, remetemos o leitor para o Anexo B, diagrama executado com base em Collins (2004: 272), adaptado à nossa conceptualização.

Como se pode observar, é conferido especial destaque à situação, busílis da efectividade interaccional entre os homens. No entanto, o que mais se pretende aqui realçar (algo que Collins não deixou totalmente explícito) é a alteração das formas de interacção no tempo. Demos preferência à noção de *cerimónia*, formulada por Spencer, face à noção complementar e sucessória de Durkheim, o *ritual*, devido à sua conotação mais larga, permitindo aquela “incluir performances estereotipadas (ritual) e/ou símbolos [*vide* Anexo C] (distintivos, moda, troféus, etc.) para significar o nível de desigualdade entre os actores” (Turner, 1988: 127).

Entendemos que são as práticas rituais que estruturam as situações, mas o que se percebe no mundo ocidental, em especial desde o final da Idade Média, é uma contínua tendência de alteração de práticas formais para uma cada vez mais preponderante informalidade interaccional de dia-a-dia. De facto, como afirma Collins (2004: 284), “o código público Goffmaniano é uma das poucas bases remanescentes para as identidades categoriais”.

Percorramos um caminho mais pragmatista. Como é sabido (Mann, 1986: 520-522), uma das bases centrais do poder político, e com ele a firmação de distinções sociais, é a territorialidade. Esta distinguibilidade fraccionada foi especialmente vivificante na Europa pré-moderna, onde múltiplos estados se formaram, por vezes com rápida ascensão e queda. Um dos mais interessantes núcleos ocidentais desta época foi Florença, não apenas pelo seu impacto central no renascimento artístico e económico, mas porque denota na sua constituição social, lutas de poder levadas a cabo por famílias, organizadas em facções num permanente estado de ebulição (Hall, 1998).

Esta forma organizacional é identificada por Coleman (1990: 162-172) como paradigmática. Este autor distingue entre estruturas de autoridade simples, estruturas estas baseadas em pessoas particulares em postos particulares, numa sociabilidade organizada numa rede de base familiar; esta mesma vivência contínua e imutável é expressa por Weber (1994: 44-46) ao tomar o exemplo da Índia como expressão maior da “hereditariedade carismática”, onde lugares sociais se apresentam como pré-destinados. Coleman continua, com base na análise de Weber, e sustenta que a tendência de alteração deste molde social para um outro, uma estrutura de autoridade complexa, influí profundamente na distribuição social, em especial na muito maior diluição das categoriais sociais mantidas em permanência: “a concepção de uma estrutura composta por pessoas é repostada por uma concepção de estrutura composta por posições” (Coleman, 1990: 168).

O que esta alteração profunda provocou, muito impulsionada por um impacto crescente dos actores corporativos, foi uma reorientação do interesse para capacidades adaptadas a posições, ao invés da anterior particularização pessoal: é este o paradigma actual, caminho percorrido desde, em especial, o século XIX (Coleman, 1990: 171). Em acompanhada sintonia, assistiu-se a uma profunda alteração das práticas cerimoniais. Dos antigos bailes exclusivos (*vide* Anexo D), socialmente publicitados, altamente formais e focados, confrontam-se hoje os abundantes eventos e festas, abertos ao interesse de cada um e à sua inerente disposição.

Teófilo Braga relata-nos num dos seus contos, uma evidência da situacionalidade reputacional. Por alturas das diatribes contra a comunidade judaica na Península Ibérica, o homem judeu era no seu dia-a-dia injuriado e rebaixado pelo povo mesmo sendo pessoa industriosa e competente, mas, ao chegar a casa, era possível confrontar-se com uma outra realidade: “Jogral de um povo rude, o lar tornava-o um patriarca⁴”. De dia, alvo das mais vis contrariedades da apriorística categorização; à noite, líder do seu núcleo.

Não se pretende aqui reduzir os efeitos categoriais: eles continuam a manifestar-se. Pretendemos, isso sim, dar conta de que já não é mais possível fazer uma análise macro-estrutural das distinções sociais e tomá-la como fidedigna e representativa, tal como pretende Tilly (1999), pois ao seguirmos esse caminho estaremos a forçarmo-nos apenas numa face, cada vez menos representativa do mundo social em que vivemos hoje.

Por menor que seja esse impacto categorial estruturante, importa mencionar uma noção de relevo. Como nota Damásio (1994: 241) a categorização é um aspecto central na organização do nosso conhecimento, e é bem possível que exista um alocamento específico a certas áreas do córtex pré-frontal. Independente desta assunção, com o acumular repetível das situações na experiência vivencial quotidiana, torna-se inevitável categorizar, pois “a categorização prévia permite-nos descobrir rapidamente se uma dada opção ou resultado será vantajoso” (Damásio, 1994: 243, 257). Apreciação semelhante é feita por LeDoux (1996: 61-62) ao identificar uma vertente automática de apreciação como primeira reacção a toda a experiência social.

Esta orientação para a categorização, no sentido de simplificar a vivência situacional, já havia sido mencionada por Schutz, notando este autor que tomar os outros por ideais-tipo *a priori* contribuirá para o fluir interaccional: isto é, não apenas tipificamos as situações, também os directos intervenientes nestas, sendo esta uma faceta social-humana fundamental (Turner,

⁴ Em Theophilo Braga (1894), *Contos Phantasticos*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, Editor, pp. 181-192.

1988: 151-153). Goffman (1983: 3) reconheceu precisamente esta ideia, ao identificar duas formas-base de identificação primeira: categorial e individual, pré-requisito reacionário de abordagem à situação; semelhante é a definição da noção de *categorizar* (categorizing) atribuída por Turner (2002: 44).

Tendo em conta a maior volatilidade das categorias de cunho social nos nossos dias, julgamos ser possível afirmar que temos assistido a uma crescente complexificação situacional, devido a um aumento expresso do número de categorias necessárias, consequência da maior mutabilidade individual. Todavia, é perceptível uma crescente proximidade do mundo, em correspondente creditação do ideal kantiano de convivência interaccional racionalizada em *commercium* geral (Kant, 1797: 240). Mais simples, também mais redutor, seria porventura reutilizar a frontalidade de Tocqueville (1840: 413): “Nos séculos de igualdade, todos os homens são independentes um dos outros, isolados e fracos”.

Os jovens, são hoje, uma das únicas conglomerações que detêm uma categorização própria semelhante às antigas classes (Collins, 2000: 27). Assim, as escolas tornaram-se espaços detentores de reminiscências medievais quando observamos a sua organização formal e hierárquica: este fenómeno é relativamente recente. John Stuart Mill educou-se com o seu pai e aos três anos começou a aprender grego; cerca de dois séculos antes, Montaigne viveu num ambiente fictício onde era apenas falado latim na sua presença, incentivo expresso à sua formações. Este tempo educacional que era despendido pelos pais, desapareceu, e a nova estrutura social deixa à escola o papel formador, ocupando a família uma parte cada vez menor na formação da criança (Coleman, 1990: 591). As consequências emocionais deste afastamento são manifestas, contribuindo para um enfraquecimento dos laços familiares, e destes com o conjunto social como um todo (Coleman, 1990: 653-655). O resultado desta profunda mudança é uma crescente massificação comportamental, algo que evidencia a preponderância da visão situacional, por forma a melhor compreender as minudências que acabam por distinguir os diversos indivíduos.

O paradigma contemporâneo exige o estudo de estruturas do dia-a-dia (Goffman, 1967: 145), presentes na informalidade quotidiana. Devemos, assim, atermo-nos em Goffman, por forma a compreender como desde meados do século XX as práticas cerimoniais se tornaram cada vez

⁵ Mill, John Stuart (1886 [1873]), *Autobiography*, Londres, Longmans, Green and Co.; Zweig, Stefan (2017 [1942]), *Montaigne*, Porto, Assírio & Alvim.

mais simétricas (Collins, 2004: 278), e concentrar a nossa atenção na explicação deste fenómeno. As reputações pessoais têm hoje muito maior preponderância face a identidades categoriais biológica ou socialmente herdadas.

Assistimos todos os dias a práticas de deferência indiferenciada quando praticamos cortesias simples, como segurar uma porta para alguém que nos sucederá. Mesmo as práticas de deferência particularizada, devem-se a reputações construídas em grande medida de forma independente, e os ambientes onde essas mesmas reputações são reconhecidas estão, no mais das vezes, circunscritos aos seus meios específicos (Collins, 2004: 278-279). O pendor categorial é hoje largamente orientado pelo mediatismo comunicacional: um bem reconhecido designer pode bem passar despercebido num outro contexto social que não o seu meio profissional; um jogador de futebol é alvo de atenção em qualquer parte.

Aproximamo-nos de uma ideia de estratificação situacional, isto é, uma estratificação despoletada de forma diferencial e particular a cada encontro. O mesmo será escrever: a desigualdade revela-se, com cada vez maior preponderância, enquanto fenómeno microsituado: somos menos classe e mais indivíduos, apesar de não sermos menos dominados pela procura e mostra de status e poder (social). Os reflexos estruturais da disposição social são cada vez mais esparsos, e porventura por esse motivo a preponderância emocional, enquanto conflagração situacional, tenha cada vez maior preponderância.

Antes de continuarmos, uma breve nota sobre o eu (self). Partilhamos de Turner (1988: 102-103) a distinção entre um eu (self) estrutural, como vertente acumulativa da experiência passada, e uma outra expressão situacional, parte aliás focada em excesso pelas análises interaccionistas (Turner, 1988: 203). O que aqui se pretende enunciar é a imanente ligação do *eu* ao status, como condutor motivacional para agir, relação que iremos explorar um pouco mais a diante. A orientação intrínseca do próprio *eu* é exterior ao que à sociologia diz respeito, e o nosso foco prende-se, tão-só, na interpretação do estímulo socialmente derivado.

“Assim, há um ascetismo que, inerente a toda a vida social, está destinado a sobreviver a todas as mitologias e a todos os dogmas e que faz parte integrante da cultura humana. E é ele que, no fundo, é a razão de ser e a justificação daquilo que as religiões de todos os tempos ensinaram.” (Durkheim, 1912: 324)

IV – SOCIABILIDADE

Durkheim é o grande responsável por ter introduzido uma noção de solidariedade, confluyente com uma outra de conotação mais abrangente: a sociabilidade. A distinção entre as solidariedades mecânica e orgânica (Pires, 2007: 29) apresentadas como formas-tipo de unificações sociais, gerou interpretações erróneas. Encontramos em Collins (2004: 116-118) um exemplo disso ao tornar axiomática, na sua visão ultra-microsituacional, a emergência de solidariedade a partir de diversos tipos de situações. Ainda que seja sensata a consideração de que existe uma maior tendência para a solidariedade num ambiente situacional ao invés do seu contrário, o conflito, (Collins, 2004: 74), é necessário compreender estes paroxismos.

Goffman, de entre as suas múltiplas exemplificações, deixa algumas pistas sobre esta tendência unificante. Quando os indivíduos são expostos a uma determinada situação, por forma a evitar a ansiedade e para manter essa mesma situação, cria-se um ambiente de *pressão social* que os impele a cooperar (Goffman, 1963: 151-165; Collins, 2004: 25).

Todavia, tendo em conta a nossa natureza biológica associativa, o esforço imanente a uma interacção onde somos activos participantes é grande, precisamente por se pressupor que não é natural (ou impulsiva) a nossa aproximação (Turner, 2002: 66): é por este motivo que julgamos central a manutenção dos contornos da situação, isto é, por forma a não nos comprometermos a nós mesmos socialmente. Rejeitamos assim categoricamente o enviesamento situacional funcionalista, em que Goffman por vezes escorregou, ao considerar que essa manutenção se devia à situação em si mesmo considerada (Collins, 2004: 16). Esta *reificação* da situação encontramos-la já em Simmel (1964: 34) ao descrever uma adaptação interior estimuladora de “sentimentos mais apropriados a uma dada situação”.

Foi também Durkheim quem elaborou o mecanismo central de estímulo solidário: o ritual. Ao impor à prática ritual a consagração e renovação da solidariedade (Kemper, 2011: 156), Durkheim acabou por ir mais longe fazendo dessa prática ritual a fonte ela mesma da unidade social (Parsons, 1937: 435-436). Ao sacralizar as práticas quotidianas, Goffman (1967) enviesou o discurso interpretativo do interaccionismo em geral.

Nesta linha de pensamento, Collins aplica a metáfora ritualista aos mais variados eventos sociais. No entanto, onde este (Collins, 2004: 82) vê um público como um agente uno, nós preferimos aqui ver indivíduos próximos a convergir por um interesse comum, tão-só. Como numa multidão a assistir em êxtase a um concerto, um evento desportivo ou o mais tradicional acto ritual, a cerimónia religiosa (*vide* Anexo E), por mais que a motivação presencial se prenda num símbolo comum, não mais do que uma noção de *proximidade social* dali pode emergir. Ao perceber-se da necessidade de alargar a visão estreita de solidariedade (Turner, 1988: 204), Collins identificou diferentes níveis desta solidariedade a emergir dessas práticas rituais, inclusive a possibilidade da reprodução da estratificação (Kemper, 2011: 175-180).

O que aqui se pretende pôr em evidência, com especial ênfase no mundo a nós contemporâneo, é que “na maioria dos contextos de interacção, as pessoas não precisam de solidariedade, antes procuram um sentido relativamente não emocional de que fazem ‘parte das coisas’” (Turner, 1988: 205).

Parece-nos por isso válido distinguir entre solidariedade e proximidade, como tipos distintos dentre um mais largo conceito a que damos o nome de sociabilidade. Podemos perceber a ideia por detrás da noção de proximidade a partir do próprio Durkheim (1912: 225), quando afirma que “o simples facto da aglomeração age como um excitante excepcionalmente poderoso”. Os tradicionais discursos políticos quando em momentos de campanha (*vide* Anexo F) são interessantes situações-tipo ilustrativas deste fenómeno⁶. A superioridade do orador face aos seus ouvintes, a proximidade efusiva do público, entre eles e destes para com o discursante, numa manifesta desigualdade disposicional, teve na história ocidental do século XX e ontem mesmo, as mais pungentes consequências. A proximidade pode ser, do ponto de vista social, tão unificante quanto a solidariedade.

Assistimos a múltiplos exemplos disto mesmo na vida quotidiana. Todos os dias nos sentamos em lugares onde por nós passam outros indivíduos, fazemos compras dos mais variados objectos em presença de outras pessoas ou esperamos, em filas por autocarros (*vide* Anexo G) ou em salas de espera por consultas médicas, estando todas estas situações fundadas na mais pura proximidade social. Em boa verdade, a proximidade define a experiência mais paradigmática da vida social moderna, e espera-se que seja cada vez mais preponderante na dinâmica social contemporânea.

⁶ Durkheim faz referência às particularidades da discursividade quando em ambiente efusivo, ridícula seria se destituída desse contexto social estimulante dessa exaltação (ver citação em Kemper, 2011: 94).

Ao definir a noção de relação social, Weber (1956: 21-22) faz menção de que esse conceito “nada diz se entre os actores existe ‘solidariedade’ ou precisamente o contrário”. É, no entanto, Simmel quem melhor dá conta do antagonismo mais extremado possível. Ao afirmar (Simmel, 1964: 13-17) que o conflito é também uma forma de *sociação* (Vergesellschaftungsform), pretende dar conta que do ponto de vista social, há positividade, pois existe proximidade. Assim, somente a “indiferença é puramente negativa”. Importa mencionar como os conceitos de sociabilidade e *sociação* são distintos, pois o segundo inclui a dissociabilidade inerente ao afastamento provocado pelo conflito.

Collins (2004: 69-70, 382 nota 15) apresenta um interessante exemplo demonstrativo desta abstracção de Simmel. Em geral, numa conversação, é prática comum cada participante conferir sucessivas pausas por forma a garantir a mutualidade das intervenções; tornar-se-á uma discussão caso esta estipulação perder freio. Quando as vozes das partes se começam a sobrepor (início do conflito) e a interacção acaba por ficar comprometida, não se observa neste processo uma maior tendência dissociadora do que no caso em que dois actores se mostram embaraçados, por nada mais terem que dizer um ao outro (caminho para a indiferença).

Da compreensão da intumescência propriamente negativa da indiferença, socialmente considerada, deriva a nossa noção de que a diferença entre indivíduos está presente enquanto forma latente nessa indiferença social, revelando-se em desigualdade quando despoletada pela interacção. O ambiente social é, assim, constitutivamente desigual.

“Qualquer indivíduo (e qualquer interacção) pode ser classificada tanto onde se posiciona em termos de pertença de status, bem como em termos de desigualdade de poder. Isso significa que toda a interacção produz efeitos de pertença de status e efeitos de poder, e todo o indivíduo está sujeito a ambos estes tipos de efeitos de uma situação para a próxima” (Collins, 2004: 115)

V – PODER, STATUS E DESIGUALDADE

Festinger (1954), num artigo de aparência seminal, tornou categórico um impulso humano de avaliação alheia e subsequente comparação dessas avaliações, entre elas e destas com o avaliador. Em boa verdade, semelhantes considerações já haviam sido exploradas por Mead e, muito antes deste, por Rousseau.

Esta aceção de que, quando dispostos socialmente, naturalmente comparamos, é em tudo relevante. No entanto, não comparamos de forma descaracterizada, bem pelo contrário, existe uma selectividade que se pauta por nos compararmos com aqueles que nos estão mais próximos ou, pelo menos, se apresentam menos divergentes perante nós (Festinger, 1954: 121). É neste sentido que podemos compreender o conceito de *atingibilidade* (attainability), ao predizer que a comparabilidade é tanto maior ou mais possível quanto maior a percepção da possibilidade de atingir o estado vivencial do modelo de comparação (Lockwood & Kunda, 1997). Podemos, a partir desta ideia, perceber o porquê dos modelos-tipos dos jovens serem em geral atletas profissionais ou artistas musicais de sucesso: estas *estrelas* têm, por regra, uma experiência de vida juvenil aparentemente comum à dos seus observadores.

Mais adiante, Festinger (1954: 129) afirma que “o processo de fazer os outros incomparáveis resulta numa ‘estratificação de status’”. Vimos, no entanto, como a vivência no mundo contemporâneo contraria cada vez mais esta possibilidade de incomparabilidade: tem o caminho inverso ganho terreno: a empresária faz uso, no seu retorno a casa, do mesmo transporte público que o administrativo da recepção e o empregado de limpeza da sua empresa.

O mencionado impulso para a comparabilidade (social) remete-nos para uma permanente confrontação com estados de desigualdade, tomada esta enquanto factor analítico independente, isto é, enquanto diferença deposta em confrontação social. Isto assim é, pois, a comparação não se finda em si mesmo, é antes acompanhada por um intrínseco “furor de se distinguir”, para pegarmos nas palavras de Rousseau (1755: 83). Esta distinção é meneada pelo *status*, factor sempre presente na generalidade das relações interaccionais.

Reconhecer esta disposição para a percepção e interpretação do status alheio é essencial, não apenas por ser a partir do correcto entendimento distribucional de reputação que adequamos a nossa conduta (Turner, 2002: 239), mas também porque é necessário reconhecer que “um interesse em status pode ser considerado como sendo um factor presente em todas as pessoas” (Coleman, 1990: 130). Kemper (2011: 18, 55) é ainda mais acutilante ao ver a aquisição de status como o mais comum motivo para a acção relacional. Com maior ou menor destaque, percebemos serem convergentes diversas perspectivas no reconhecer da centralidade deste conceito para a explicação sociológica.

É a partir de um texto de Parsons (1970) que esta visão é mais facilmente sustentada pois, ao tomar o status como um dos meios de troca propriamente social, faz perceber o busílis deste factor emergente no relacionamento. Neste ponto particular, o status serve, na sua essência, como equilibrador de “transacções [sociais] desiguais” (Coleman, 1990: 131) com efeitos

imediatos, por forma a garantir o reconhecimento exigido em mutualidade adaptada (Kemper, 2011: 16-21).

Na insuficiência desta adequação, o poder, o outro meio de troca propriamente social (Scott, 2001: 5) entra em acção como capacidade exercida. Todavia, importa mencionar, ao contrário de alguns autores que se excedem na acepção weberiana de poder, aqui entendemos este conceito de forma mais geral como “capacidade de fazer coisas”, característica emergente face à própria qualidade da agência e, como tal, “inerente à associação social” (Giddens, 1984: 9, 32) e, portanto, fundamental no dealbar interpretativo da interacção.

Ao aceitarmos esta dual centralidade conceptual, vistos enquanto meios equilibradores do relacionamento social, o primeiro enquanto factor imanente e o segundo como emergente, presente enquanto estado latente, um meta-conceito surge indelével, autêntica fonte primeira: a desigualdade, tal qual aqui foi definida. Isto é, é a desigual confrontação, *ad continuum*, das partes em interacção social, que permite a existência destes dois fundamentos delineadores da dinâmica social, enquanto estímulo e resultado.

É sabido que vários autores, tal qual Blau, apresentam uma distinção entre desigualdade e heterogeneidade, a primeira representando a gradação vertical de distinção social (em Blau, de status) e a segunda como comparabilidade horizontal em linha com a diferenciação humana (Blau, 1977: 9-11, 45). Todavia, este e outros autores parecem não reconhecer a inalienabilidade da diferença, bem como a procura de reconhecimento social em toda a forma de interacção. Isto faz com que, do ponto de vista social, a heterogeneidade seja um conceito espúrio, tal qual a indiferença apontada por Simmel: a heterogeneidade é em geral revertida enquanto desigualdade quando socialmente manifestada, pois é precisamente essa diferença constitutiva, um dos factores orientadores do dar e receber sociais.

O termo *status* foi proposto por Weber (1994) por forma a introduzir uma fundação mais sociológica e distinguir entre *grupos de status* (Stände) e a noção de *classe*, economicamente vinculada. Contudo, Weber (1994: 113-120) associou a conotação de honra e uma positividade ou negatividade situacional dela advinda, propondo ser a *ordem de status* a delineação consequente e o sistema de castas indiano o mais fiel exemplo representativo. Se por honra aceitarmos a definição de Schopenhauer (*s.a.*: 80) de que “é objectivamente, a opinião de outros sobre o nosso valor, e subjectivamente, um termo desse juízo”, compreende-se a associação.

O problema está na visão macrossocial de Weber, não condizente com o ambiente hoje vivido de mutualidade situacional. A noção de prestígio e o código de influência àquele associado (Parsons, 1970: 51), não mais permitem caracterizar na sua totalidade a actual forma de interacção social. Ao diferenciar dois tipos de deferência, a categorial e a situacional, Collins

(2004: 278-281) separa também duas épocas históricas, um antes e um agora, depondo a teoria de Weber num foco microsociológico melhor adaptado ao mundo contemporâneo (Kemper & Collins, 1990: 52).

Goffman (1967: 62-64) faz ênfase de uma sociedade como um “sistema de arranjos de distanciamento deferencial”, adequado precisamente ao posicionamento diferencial de status, na diversidade grupal situada. É neste sentido que nos percebemos mais à vontade em proximidade física em situações onde os restantes actores nos são próximos, porquanto o ambiente civil, feito de desconhecidos, se caracteriza por um distanciamento unificado em proximidade.

Importa reconhecer como o dar e receber de status é um factor integrador por excelência, por tornar explícito o reconhecimento: a comparação é a base, o reconhecimento o resultado equilibrador (Kemper, 2011: 251-253), tendo as emoções despoletadas uma influência fundamental, como iremos ver de seguida. Neste ponto, fazemos de novo ênfase para a relevância dos estados de expectativas para o guiar das interacções. Como nota Turner (2002: 210-212) é a partir da avaliação prévia das posições de status que se “forma uma ‘estrutura referencial’”, um guia, contribuidor para o aprofundar categorial somente quando posto em prática em repetida e imutável constância.

Aquilo que Turner esquece de fazer nota, ao contrário de Collins, é a tendência cada vez maior para o acréscimo de microestados dessas expectativas, cada vez mais concentrados em ajuntamentos específicos. Um comum habitante urbano reconhece, hoje, de forma particularizada, várias orientações categorizadoras: no seu espaço profissional, dentro da sua família, entre amigos, nas associações a que está ligado: realça-se o facto de cada grupo deter a sua própria organização de status, circunscrita a ele mesmo, tal qual a *reputação* particularizada do indivíduo-tipo.

Apoiados em Parsons (1970: 38, 48) vemos o status, ou aquilo a que este autor nomeou influência, como factor integrador em conjunto com outros meios de troca: o dinheiro enquanto objecto económico e o poder enquanto critério social. A noção de poder tem sido acompanhada, em excesso, por um materialismo desmedido. Hobbes (1651: 83) apresenta a seguinte definição: “o poder de um homem (universalmente considerado) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro”. Já para Weber (1956: 43) o poder é intrinsecamente relacional e, como tal, não faz distinção entre poder e poder social, sendo um e um só conceito. É relevante mencionar que é possível a qualquer homem “impor a sua vontade”, mas importa distinguir a noção de dominação como forma de exercício de poder em

permanência, garante partilhável para a produção de expectativas quanto ao exercício de poder, próprio e alheio.

Esta visão é contestada por Giddens (1984: 283) ao expor a noção de poder (social) de Weber como “controlo”, este sim, inerentemente relacional por que somente existente quando exercido sobre outros. Isto implica que o uso do poder não tem de ser conflitual pois, caso contrário, toda a acção individual enquanto exercício de poder teria uma qualquer implicância alheia negativa, algo não admissível, a não ser quando nos vemos reduzidos a uma visão abstracta de soma nula.

Em jeito de crítica desta “visão unitária de sociedade”, Mann (1986: 14-16) reforça a ideia aqui defendida de que os homens “são sociais, mas não societais⁷” e é-lhes essencial “entrar em relações de poder social”. Apesar de a permanência relacional, em especial a grupal, ser um ponto-chave para a perpetuação de uma desigual distribuição de poder entre as partes (Scott, 2001: 135-138) é, no entanto, fundamental perceber com Coleman (1990: 264) que o equilíbrio social óptimo deriva necessariamente da atribuição diferenciada de poder, em correspondência com a proporção prévia inerente a cada actor.

Estas considerações impermeáveis fundam-se num axioma omnipresente: “algumas pessoas dão ordens, outra recebem ordens; toda a gente experiencia poder em algum grau” (Kemper & Collins, 1990: 53). É nesta linha de pensar que Giddens (1984: 31) vê a dominação como factor basilar ao entendimento relacional. E, tal como se viu serem as expectativas centrais e fundadas na apreciação posicional (de status), é também necessário associar as relações de poder neste delinear perspectivado, fundamento “profundamente embebido (*embedded*) nos modos de conduta tidos por garantidos” (Giddens, 1984: 176).

No discorrer interaccional um outro factor surge, estimulador e estimulado a partir da comparabilidade desigual: as emoções. Com o fito de interpretar o seu papel na conectividade social, damos início à terceira e última parte da nossa exposição.

⁷ Mann poderia ter sido mais cuidado na sua afirmação e, ao invés de “sociais”, ter descrito os homens como tentantes civis ou políticos, tal como vimos ser a ideia por detrás do sentido atribuído por Aristóteles.

3ª PARTE

“A forma exacta de agir, pensar e sentir numa situação particular é determinada por muitos outros factores e não está predestinada nos nossos genes. Algumas, senão muitas emoções, têm não uma base biológica, mas social, o mesmo é dizer que os factores cognitivos, são também crucialmente importantes. A natureza e a educação são parceiras na nossa vida emocional.” (LeDoux, 1996: 137)

VI – EMOÇÕES: ELEMENTO IMPLÍCITO

Segundo a tese difundida por teóricos evolucionistas, são “as emoções que nos fazem animais sociais” (Pinker, 2018: 415). É nesta linha de pensar que Trivers, um reputado biólogo evolucionista, pretende explicar o surgimento de determinadas emoções, estimuladas relacionalmente, desenvolvidas por selecção natural e que acabaram por moldar a convivência social (Dawkins, 1989: 244).

Reconhecendo a tão preponderante centralidade das emoções no comportamento social, a primeira questão que se impõe é porque motivo é tamanho o silêncio delas nas grandes teorias sociológicas (Turner, 2002: 67)? Mesmo no que à caracterização do *eu* (self) diz respeito, quase nenhum sociólogo incluiu nas suas análises a exploração das emoções, algo que conduziu a teorias da interacção coxas desta vertente (Turner, 2000: 156 nota 10). Todavia, por mais manifesto que seja o não tratamento explícito, as emoções acabam por estar presentes de forma implícita nas esquematizações de Marx, Weber, Simmel e Durkheim e, no caso deste último, de forma supra-eminente na sua última fase, algo que se encontra também em Parsons (Collins, 2004: 102-104; Turner, 2009: 340).

A nosso ver, a não consideração desta característica fundamental, esteve inegavelmente ligado ao excesso utilitarista, perpetuado por uma visão estreita de racionalidade e, mais tarde, devido a uma necessidade extremada de simplificação da ciência social. A abjecção às paixões e o cultivo do seu controlo, ocupou indelével espaço nas concepções filosóficas desde, pelo menos, a Antiga Grécia. Contudo, torna-se central perceber que as pessoas podem comportar-se de forma irracional, não comprometendo este comportamento a exclusividade identitária do homem face ao restante mundo animal (Elster, 1989: 30).

Por compreender os limites da noção de razão, Boudon (1989, 2003) tentou alargá-la, escamoteando-a em duas partes: objectiva, quando a condução pode exteriormente ser vista como racional; e subjectiva, quando apenas o actor actuante pode, à luz das circunstâncias

específicas, racionalizar o seu acto. Ainda assim, pode a razão por si só explicar a condução activa do homem?

Após estudos laboratoriais, António Damásio (1994) publicou, em jeito de ensaio, uma defesa expressa da interdependência neurológica da razão-paixão, contrariando uma visão filosófica mecanicista do homem: “a razão parece depender de sistemas cerebrais específicos, alguns dos quais também processam sentimentos” (Damásio, 1994: 313). Em alguns estudos no âmbito da ciência social anteriores a este período, esta visão já perpassa, como comprova a exploração introdutória de Elster (1989: 61-70) com menção do papel das emoções, ainda assim, apenas como marco da insuficiência de uma visão de pendor económico (Elster, 1996).

No seguimento desta posição, vários foram os críticos do trabalho de Coleman (Turner, 2003; Fehr & Gintis, 2007), precisamente por este reduzir o actor humano a um actor intencionado (*purposive actor*) como base para o estudo analítico da ciência social. Em boa verdade, Coleman (1990: 525-527) acaba por admitir a sua concepção reduzida quando discute a caracterização do *eu* (*self*), particularizando cada homem enquanto ser subjectivamente independente. No entanto, o aspecto mais notório revela-se quando descreve a actividade revolucionária (Coleman, 1990: 493-495): ao evidenciar os efeitos benéficos da participação em actos revolucionários, fala-nos numa “euforia colectiva” e “geração [de] benefícios psíquicos internos”. Isto é, fazendo uso de uma linguagem durkheimiana, faz revelar o sempre implícito papel das emoções como factor auto-explicativo e integrador da actividade social.

É nesta linha de pensar que Kemper (1993: 278) em rejeição a Coleman, reafirma: “muito daquilo que nós ordinariamente descrevemos como racional é, de facto, emocional”. E, seguindo Damásio, por outras palavras, Turner (2000: 59) reforça esta ideia: “ser racional significa também ser emocional”. Assume-se assim incontestável trazer as emoções para o centro da discussão sociológica, e tomá-las, explicitamente, factor fundamental da interligação social (Lawler & Thye, 1999).

Turner é um dos sociólogos que mais bebe da perspectiva levada a cabo pela biologia evolucionistas. Segundo tese deste autor, aqui em parte partilhada, o progressivo aumento da nossa capacidade de proximidade social, enquanto homínidos (*hominids*), deveu-se a um processo evolutivo de ritualização emocional que contrapôs a natural associabilidade dos nossos parceiros símios (Turner, 2000: 44-45).

Todavia, Turner (2002: 69, 79) não faz uma distinção clara entre solidariedade e sociabilidade, tomando-as por um só conceito, algo que aqui rejeitamos e pretendemos no

⁸ Para referências explícitas disto mesmo ver, em especial, Turner, 2009.

capítulo quarto ter deixado explícito. Preferimos antes, apoiados na mencionada centralidade das emoções no relacionamento social (Barbalet, 2002: 4), impor a hipótese de ver a evolução daquelas no sentido de abertura da pré-disposição para a sociabilidade, tão-só. Desta forma é possível compreender que, num nível mínimo, a necessidade pode ser um factor de procura social, emocionalmente orientada.

Existe um aspecto fundamental no que toca à expressão emocional, em especial a expressão fisiológica das emoções (Elster, 1996: 1388). A faculdade de mostragem através de expressões corpóreas, nomeadamente as expressões faciais, é um condutor central na sociabilidade humana (Turner, 2000: 132), tendo sido amplamente estudadas por um grande biólogo experimental, Paul Ekman. Contudo, este investigador, apesar de reconhecer a efectiva influência das expressões humanas, dá uma importância sobremaneira superior à herança biológica no que respeita à condução social, reduzindo o peso da experiência social (Ekman, 1999: 47-51).

Por exemplo, quando Goffman (1963: 125-127) descreve situações de exposição de posições sociais, é fácil pensarmos no que acontece quando coramos: se, no meio de uma rua, embatermos numa outra pessoa e esta deixar cair certos documentos que no seu entender a comprometem, a reacção autonómica de corar, dar-nos-á conta imediata da existência de um qualquer desconforto, expondo-se de forma inadvertida, sem necessidade de palavra alguma ser proferida.

Reconhecemos que as expressões emocionais detêm uma vertente *pancultural*, no entanto, seria totalmente redutor fazer disto regra, antes pelo contrário: as “capacidades emocionais desenvolvidas podem – e frequentemente – variam significativamente entre culturas” (Goldie, 2000: 99-101).

A referência a este ponto chama a atenção para um outro: a exigência de co-presença para a efectividade da situação social (Goffman, 1967: 167). Goffman foca muitíssimo as suas apreciações num contexto de presença física, mas, como por várias vezes é referido por Giddens (1984: 143, 174, 203) a diferenciação tecnológica tem permitido alargar esta visão, sendo hoje possível estabelecer uma conversação situada temporalmente, mas em espaços distintos.

Por maior importância que tenha o “idioma do corpo” (Goffman, 1963: 33-35; Turner, 2002) é muito relevante entender que é hoje possível estabelecer interconectividade social, e emocional, *ad continuum*, através de uma presença não inteiramente presente. Partilhamos ainda assim a apreciação feita por Collins (2004: 62-65) de que todas estas formas de sociabilidade serão sempre menores face a uma experiência social total. Esta necessidade de abertura da noção de co-presença ficou registada no discurso de Goffman (1983) publicado postumamente.

“Ao ligar o surgimento autonómico de uma emoção primária com o processo de construção social, obtemos uma compreensão das emoções secundárias que conforma logicamente e empiricamente ao conhecido envolvimento dos componentes biológico e social.” (Kemper, 1987: 276)

VII – EMOÇÕES UNIVERSAIS E EMOÇÕES SOCIAIS

A ideia e formalização da existência de emoções básicas é filosófica (Goldie, 2000: 87). Cícero, por exemplo, no seu estoicismo, nomeou quatro: prazer, sofrimento, apetite e medo. Antes deste, Aristóteles já havia mencionado outras, e muitos outros depois destes deixaram as suas propostas.

Nos dias de hoje, variados são os estudos que de uma forma ou de outra seguem esta linha enumeradora. Cruzadas as diversas posições, parece existir algum consenso quanto à existência de quatro emoções centrais, aqui designadas como universais: o medo, a raiva, a satisfação e a tristeza (Kemper, 1987; Turner, 2000: 72). A utilização do termo universal ao invés de básico, deve-se ao facto de se pretender destacar o mencionado aspecto biológico em determinadas emoções humanas (Ekman, 2003), rejeitando outras noções que abram espaço para emoções *compostas*, tal qual proposto por Plutchik (Turner, 2000: 75).

Importa definir, do ponto de vista social, aquilo que temos por emoção. Peguemos nas palavras de Thamm (2006: 16): “[é] o processo dos actores avaliarem e responderem a reais ou imaginadas situações sociais focadas”. Apesar de competente, esta definição é incompleta pois dá conta de uma única parte, o *sentir* emocional (Damásio, 1994: 178-179), não mencionando a vertente reaccional, autonómica, não menos importante tal como vimos. LeDoux (1996: 202-204) oferece-nos uma explicação neurológica ao declarar que as respostas autonómicas se devem à activação da amígdala (sistema cerebral fundamental no estímulo emocional), devendo-se ao hipocampo a responsabilidade pela associação da memória e, como tal, da consciencialização da emoção. Esta bipartição permite-nos distinguir entre a reacção e a acção emocionais, respectivamente.

Acresce o facto de Goffman não apenas ter afirmado que as “emoções acontecem entre pessoas” (Thamm, 2006: 24), também muito se esforçou por mostrar o efeito das situações não focadas na experiência social humana, em especial no universo das interações do dia-a-dia. Estes dois suplementos devem ser tidos em conta para obtermos uma definição mais robusta, e desta forma nos aproximarmos da definição de emoção neurologicamente considerada que podemos encontrar em Damásio (1994: 189).

Apesar de termos afirmado que a universalidade de determinadas emoções se deve ao seu carácter *pancultural*, importa referir que mesmo estas diferem quanto à sua expressão comportamental, segundo o ambiente social (Goldie, 2000: 88).

Um caso interessante pode ser relatado no despoletar da tristeza. Apesar de ser admissível ver a expressão da tristeza enquanto fenómeno fisionómico involuntário, há um aspecto intrinsecamente social que sobrevem: alertar os outros para o desconforto sentido (Ekman, 2003: 89-90). Esta dimensão social, garante não apenas indicações alheias socialmente determinadas, em especial no que à compaixão diz respeito; certamente conduz o sentir desta emoção por forma a determinar, enquanto estado expectável, a delineação da acção alheia. Assim, o que se procura, através de uma demonstração desigual na sua génese, é conduzir uma resposta, pensando na expressão desta emoção numa situação social, ou seja, num espaço-tempo partilhado.

A raiva, outra emoção universal, tem um palco bem visível nas nossas estradas. Katz (1999: 38-57) ao interpretar as situações estudadas, defende que a associação do valor simbólico atribuído ao carro, bem como a categorização emergente a partir de associações personalidade-carro, conduzem a automatismos de despoletamento raivoso. Sem dúvida que determinará a reacção emocional a forma e o estado de espírito de cada indivíduo nessa situação, ainda assim, quando somos ultrapassados pelo lado direito por um outro carro a alta velocidade, ou somos obrigados a andar lentamente atrás de um outro veículo, a apreciação apriorística que associa a primeira acção provinda de um jovem e a segunda causada por uma pessoa mais velha, conflui em geral com uma desigualdade etária determinante na expressão raivosa: o jovem tenderá a aceitar a condução apressada e a enraivecêr-se com a lentidão.

A determinação social das expressões raivosas não tem de ter associação categorial prévia. É cada vez mais comum as ruas de todas as cidades europeias serem percorridas por inúmeros ciclistas. A sua assunção de estarem acima da lei no que concerne ao respeito de sinalização, a desprotecção física (face à capa social garantida pelo automóvel ou motociclo), bem como os seus diferentes propósitos (passeante, meio de deslocação para o local de trabalho, atleta) provoca inúmeras situações raivosas.

É prática banal assistirmos a ciclistas que não cumprem as filas de espera e aguardam na pista de sentido oposto, posicionando-se em contramão. Devido a essa maior exposição, os encontros cara-a-cara proporcionam uma interacção mais vivificante, pois é mais expressivo o contacto. Da nossa observação, a partir do tipo de bicicletas de cada um (de ciclismo, próprias ou alugadas) poderemos fazer uma apreciação apriorística no que diz respeito à experiência do condutor, e por acréscimo, do status inerentemente possuído consubstanciado na confiança

demonstrada, num ambiente onde a estratificação situacional se faz sentir com particular relevância.

Sobre estes exemplos, devemos fazer nota de dois pontos adicionais. Em primeiro lugar, por mais que vejamos a influência social de forma alargada, rejeitamos a perspectiva de Kemper (2002: 54) nos seus excessos de construtivismo social, em especial no que à produção emocional autonómica diz respeito. Por outro lado, pretende-se aqui deixar claro que toda e qualquer orientação moral deve ser rejeitada, com especial destaque no que concerne a uma avaliação de positividade ou negatividade de certas emoções (Damásio, 2003: 139), e isto assim é, devido ao facto de, como vimos antes segundo os ditames de Simmel, do ponto de vista social toda a interconexão emocional, por extensão, dever ser vista como positiva.

Apesar de Damásio (2003: 47) fazer uma distinção tripartida das emoções, parece-nos ser mais coerente sociologicamente a visão mais comum, dicotómica. Todavia, as *emoções de fundo* ou estados de espírito (de forma lata considerada), apesar de terem óbvia influência no decorrer situacional, é aqui considerado que não será suficiente para suplantar os factores socialmente dependentes. Assim, a importância recai num segundo tipo de emoções, as emoções sociais, isto é, emoções que são despoletadas pela sociabilidade: presente, passada ou futura.

A existência deste segundo tipo mais elaborado tem comprovação biológica, pois apesar de os homens partilharem vários processos neurológicos da experiência emocional com os restantes mamíferos, a sociabilidade a que estão sujeitos aqueles, complexifica bastante a sua vivência emocional, tornando-a exclusiva (Panksepp, 1982: 407, 419).

Reconhecer esta dualidade emocional existencial e perceber o seu despoletar, é o que estará na base da seguinte e última fase da nossa exploração, onde se pretenderá dar conta do papel fulcral do domínio social focando, com especial destaque, um dos estímulos que possibilita propriamente o despoletar emocional: a desigualdade entre os actores sociais.

“Nas democracias, nas quais os cidadãos nunca diferem muito uns dos outros, e se acham naturalmente tão próximos que a cada instante pode acontecer-lhes todos se confundirem numa massa comum, cria-se uma multidão de classificações artificiais e arbitrárias com o auxílio das quais cada um tenta pôr-se de parte, receando ser arrastado contra a sua vontade para a massa.

Nunca poderá deixar de ser assim; porque podem mudar-se as instituições humanas, mas não o homem; qualquer que seja o esforço geral de uma sociedade em vista de tornar os cidadãos iguais e semelhantes, o orgulho particular dos indivíduos procurará sempre escapar ao nivelamento, e quererá formar algures uma desigualdade da qual beneficie” (Tocqueville, 1840: 576)

VIII – DESIGUALDADE: ESTÍMULO SOCIAL DAS EMOÇÕES HUMANAS

Remetemos o leitor para o Anexo H onde, a partir de um sucinto diagrama, são expostos em evidência os três factores aqui considerados fundamentais no despoletar das emoções sociais no homem: a desigualdade, o poder e o status, considerando-se os dois últimos como factores simultaneamente consequenciais e contributivos para o primeiro. Por forma a compreender devidamente o que está exposto, importa ter em mente as noções anteriormente apresentadas de diferença, sociabilidade e desigualdade, e termos a última como diferença deposta socialmente.

Num estudo empírico (Berger & Pope, 2011) concluiu-se, a partir da análise de um grande número de jogos de basquetebol, que as equipas que estão a perder por escassos pontos ao intervalo, têm mais probabilidade de vir a vencer no final do jogo. Esta evidência chama a atenção para o aspecto motivacional inerente à desigualdade, quando manifestada dentro do espectro da *atingibilidade* (attainability). Coleman (1990: 476) apresenta uma visão semelhante, ao dar conta de que as promoções profissionais muito rápidas arrastam, em geral, ao abatimento (considerado do ponto de vista social), enquanto que as promoções paulatinas e sustentadas, garantem um equilíbrio emocional estimulador.

Esta percepção propriamente social, isto é, a manifestação próxima de desigualdade enquanto fenómeno situacional é, a nosso ver, um factor fundamental no que à energia motivacional diz respeito, e deve ser um aspecto a considerar em qualquer modelo interaccional de motivação, ocupando lugar central junto à fuga à ansiedade e à manutenção do *eu social* (social self) (Turner, 1987: 24), por mais que hoje seja por tão poucas vezes mencionado.

Baseados em listagens de emoções sociais feitas por diversos autores (Damásio, 2003:139; Kemper, 1987; Turner, 2000), tentamos particularizar algumas emoções, interpretando determinados exemplos à luz do modelo apresentado. Ressalvamos, desde já, a dificuldade encontrada em circunscrever a situação a emoções singulares, pois, como é sabido da geral confrontação teórico-empírica, no mais das vezes, uma situação envolve uma miríade enorme de particularidades: fazemos os possíveis para destacar a parte tida por fulcral.

O nosso objectivo foi observar, de forma não participante, as manifestações atentas, situadas, da vida quotidiana. Aquilo que fizemos foi apontar o que vimos e ouvimos, não deixando perceber a nossa presença (Payne & Payne, 2004: 158). Com isto em mente, fomos para o espaço público urbano onde, em geral, encontramos várias ocorrências focadas face ao ainda mais elevado número de interações não focadas, dentre o espectro da proximidade. Importa mencionar de novo que por interação focada, consideramos toda a expressão verbal ou corpórea que indicie uma afectação de um sujeito por outro. Desta forma, uma alteração de semblante é suficiente para nos localizarmos neste campo, o que acarreta uma margem de erro que pode por vezes ser penosa.

Para cada emoção, foi imaginado um rol de possibilidades de situações sociais que pudessem pôr em evidência essa mesma emoção e, com base nessa enumeração, escolhido o local mais apropriado para melhor observar evidência dessas situações, onde a desigualdade pudesse ser considerada como um propulsor emocional. Para cada situação existiu um período de cerca de duas a três horas de observação que, sempre que possível, foi acompanhado de uma fotografia representativa do momento, quando observado. A ideia de base foi prender o olhar num local fixo e perceber as alterações existentes com a chegada de outros indivíduos, tal como aconselha Katz (1999: 10), com especial atenção para os encontros inesperados. No que respeita a idades, géneros ou outras características distintivas, não foi atribuída especial atenção no plano de observação, salvo para situações em que se previa ou pretendia evidenciar, precisamente, se essas diferenças constituiriam desigualdades com respectiva expressão emocional.

São também utilizados exemplos extraídos de estórias literárias, estudos científicos, bem como experiências várias (festas, casamentos, entre outras), por se ter que são pontos adicionais relevantes para dar conta da sensação de desigualdade enquanto estímulo emocional. Tal como afirma Katz (2015) “os estudos de campo analíticos não vão produzir ‘provas’” julgamos, por esse motivo, que podem servir de caracterizadores alvo de discussão, mais não seja na interpretação dos fenómenos observados.

A base conceptual de análise segue as definições apresentadas anteriormente. A desigualdade é definida como toda a diferença exposta socialmente, o que implica que toda a

diferença apriorística pode constituir uma desigualdade, revertendo numa reacção emocional quando vivida socialmente. Isto não implica que todas as diferenças sejam sempre expressões desiguais. O que definirá se a experiência social é ou não desigual, serão sempre as particularidades específicas de cada situação, o que exige sempre um esforço de interpretação singular.

INVEJA

Num conto de Horacio Quiroga, os malefícios comumente associados à inveja são expressos de maneira flagrante⁹. Um casal teve quatro filhos e todos eles acabaram por desenvolver uma deficiência de determinado tipo. Numa quinta tentativa, o mesmo casal teve outra filha que acabou por nascer sã e assim se manteve. Pela sua diferença, os primeiros quatro filhos foram postos de parte, deixados ao abandono da sua loucura, e esta filha conquistou toda a atenção de seus pais. Em determinado dia, os quatro treloucados observaram, inadvertidamente, a empregada a degolar uma galinha e, nesse mesmo final de dia, confrontaram-se situacionalmente com uma brincadeira da menina a tentar subir a um muro. Num auge de acumulado abandono, conseguiram agarrá-la e deram-lhe o mesmo tratamento que nessa manhã haviam visto ter sido dado ao animal.

Apesar da crueza teatral desta estória, salta à evidência, para além de tudo o mais que podemos daqui retirar, que o desigual tratamento propiciou um estado magnânimo de inveja que, não filtrado, levou a um acto comum catastrófico. A diferenciação de status foi apenas mantida em equilíbrio enquanto se manteve resguardada da comunicação social entre as crianças. No primeiro momento de liberdade interaccional, a desigualdade manifestou-se em acto e o poder do interesse comum garantiu o trágico fim.

Uma análise empírica de diferentes entradas em aviões consubstanciou uma hipótese de relevo: quando os passageiros de classe económica entram pela parte dianteira do avião, são obrigados a passar rente à cabine de primeira classe e manifestam diferentes atitudes emocionais, face a passageiros que entram a meio ou pela traseira do avião (DeCelles & Norton, 2015). Notámos que ao entrar pela parte dianteira, apesar de o hospedeiro de bordo cobrir parcialmente a área de primeira classe, é muito comum o entrante desviar ligeiramente o olhar para a esquerda, deparando-se com um grupo de pessoas confortavelmente sentadas. Esta

⁹ Quiroga, Horacio (2012 [1917]), *La gallina degollada*, em *Cuentos*, Madrid, Ediciones Cátedra, pp. 115-123.

tranquilidade confronta-se com a confusão de passageiros, à procura do seu lugar e a arrumar malas por todo o corpo do avião.

A mesma reacção foi observada em autocarros tidos de luxo, na América do Sul. Pelo facto de a primeira classe estar localizada no piso térreo do autocarro, logo à esquerda da entrada, os olhares desviavam-se, em geral, para essa zona por todos os passageiros que ali entravam.

Em ambas as situações, a confrontação social da diferença, isto é, a desigualdade situacional, influi, em regra, uma disposição latente naqueles que se percebem ter menos status, ficando estes numa posição mais vulnerável a ter comportamentos considerados antissociais ou disruptivos. É relevante mencionar como hoje, no grande volume de aviões de baixo custo, por não terem uma classe exclusiva, evitam este tipo de confrontação directa, amenizando as possíveis reacções raivosas advindas da inveja, situacionalmente considerada.

SIMPATIA, COMPAIXÃO

A simpatia ou compaixão são, em geral, associadas a uma disposição altruísta, algo que nos parece ser uma incorrecta interpretação.

Na pequena ilha de coral Ifaluk, na Micronésia, duas palavras estão subjogadas com grande força entre si: *fago*, compaixão e *gafago*, necessitado (Goldie, 2000: 32). O que, em geral, acontece é que a observação de um estado de necessidade do outro, leva a uma atitude de complacência por parte do observador, levando este a ajudá-lo. Todavia, o ser simpático para outro não se conduz por um estado de “motivação para aliviar as dificuldades alheias”, como é geralmente aceite (Goldie, 2000: 214); antes, devido à manifesta desigualdade disposicional face àquele que observa, leva-o a ajudar, pela garantia posicional de status situacional que lhe garante essa tomada de atitude. Ou seja, a atitude activa não é apenas estimulada pelo estado do outro, também a expectativa da possível consubstanciação dessa desigualdade, constituem estímulos motivadores para agir.

O autor observou esta faceta diferencial a partir da comparação de dois tipos de quedas: um idoso que escorregou num passeio e um homem alcoolizado que havia tombado por falta de domínio dos membros. No primeiro caso, a acção dos transeuntes foi imediata, juntando um grupo de três jovens, uma pessoa de meia idade e um idoso; no segundo, várias pessoas abrandaram o passo, algumas inclusive pararam para olhar, mas seguiram o seu caminho, até que um único homem se dispôs a ajudá-lo. A diferença de atitudes deve-se, não apenas à conotação de prestígio implícita no código moral, isto é, ajudar os mais velhos é *bem visto*, mas

também ao facto de existir uma parcialidade no que à ligação emocional diz respeito: eu ajudo aqueles que estão numa situação em que eu mesmo poderei vir a encontrar-me.

Esta última faceta é magistralmente descrita na evolução de atitude de Ebenezer Scrooge, o famoso avarento criado por Dickens¹⁰: não é por acaso que só depois de observar o seu futuro, morto e sem ninguém a seu lado para o velar, que vemos despertar nele a sua compaixão pelos outros.

EMBARAÇO, VERGONHA, CULPA

Goffman (1958: 121,130) dá conta de um interessante exemplo experienciado em muitas habitações, devido à existência de paredes-meias (Party Wall): devido ao fraco isolamento, os vizinhos dos apartamentos contíguos são obrigados a ouvir conversas e movimentos íntimos dos outros. Observámos isto mesmo na generalidade dos prédios do centro histórico de Lisboa. O aspecto notado mais interessante, foi a diferença de atitude entre hóspedes vindos do estrangeiro e, como tal, em regra desconhecedores desse insuficiente isolamento, por oposição aos comuns habitantes desses mesmos edifícios.

Por experiência própria, o autor foi obrigado a ouvir forte discussão alheia pela noite dentro. No outro dia, ao cruzar-se com um dos activos participantes dessa discussão, o autor notou a vergonha estampada na face daquele, por saber-se exposto na noite anterior. No entanto, o embaraço foi mútuo, pois o factor óbvio de saber-se ter ouvido o que se passou na noite anterior, tornou desconfortável aquela situação, tão próxima no tempo à noite anterior. O facto de saber ser eu possuidor da sua fragilidade da noite passada, depositou em mim um poder, temido pela possibilidade de o usar para corromper o seu status social. Esta desigual capacidade de poder fazer uso de uma informação, contrabalançada pelo ímpeto de manter a situação nos contornos habituais, esteve na origem da situação embaraçosa.

A culpa tem o seu fundamento no medo (Kemper, 1987: 277). O que faz daquela uma emoção propriamente social, é o facto de ser suscitada em geral por incumprimentos de regras sociais bem estabelecidas. Podemos admitir que a vergonha é uma forma menos extenuante de viver esse medo, quiçá mais circunstancial. Em observação livre do espaço urbano pelo autor, fez-se notar esta diferença: no respeito pela sinalização vermelha, os peões aguardam calmamente junto à passadeira, num contexto de proximidade (*vide* Anexo I); no entanto,

¹⁰ Dickens, Charles (2004 [1843]), *A Christmas Carol*, em *A Christmas Carol & Two other Christmas Books*, Londres, Collector's Library.

notámos que, quando um destes peões se aventurou a atravessar a estrada quando o sinal por princípio ainda não permitia, os olhares concentram-se de imediato no transgressor. Interpretámos esta faceta pelo facto da desigualdade disposicional levar à espontânea atenção dos que partilham o espaço social.

Neste acto de incumprimento, notámos ainda duas outras diferenças: nos centros das cidades, onde o movimentar-se de forma apressada se encontra mais banalizado, os peões transgressores eram menos alvo de olhares, a não ser em momentos em que os automóveis os surpreendiam. O que se percebeu, foi que os transgressores de sucesso garantiam um status breve advindo da superação de uma pequena prova de risco; e nos transgressores falhos, o medo pela própria vida, aliado a uma falha do código regulamentar, fez surgir a vergonha nos mais variados indivíduos que se viam nessa situação de quebra. Isto foi bem observado pelos movimentos do corpo mais contidos, uma expressão facial imediatamente mais fechada e uma geral intenção de fuga do espaço situado. Assistimos a semelhante desenlace nos ciclistas que se antecipam ou desrespeitam mesmo a sinalização, e são surpreendidos por um automóvel tornando flagrante a sua acção transgressora.

O incumprimento é visto com outros olhos quando é levado a cabo por automobilistas. Por ter cobertura mais severa pela lei, as acções transgressoras destes últimos superam o desconforto passível de ser sentido noutros casos. Numa das ruas que cruza a avenida da República, em Lisboa, o autor deu conta de como é comum os condutores passarem pelo sinal quando está intermitente ou vermelho, e ficarem por este motivo presos no meio da via, porque outros já se atravessam na estrada que a cruza. Quando isto acontece, neste local em particular, os condutores são obrigados ou a obstruir uma das faixas, ou a pista reservada aos ciclistas; em ambos os casos, a desigual disposição face aos restantes, aliada à percepção de ser sabido por todos os que ali estão, ter sido cometido um delito, a expressão de culpa no transgressor surge de imediato (*vide* Anexo J).

Assim, em ambos os casos, vemos como é a desigualdade disposicional a causa ou de um momentâneo reconhecimento, que nomeamos de ganho de status, ou da manifestação culposa devido a uma falha na concretização da acção.

Importa mencionar como em diferentes espaços culturais, a mais liberal experiência urbana pode revelar-se num mais lasso cumprimento das regras da estrada: o autor teve evidência deste aspecto pela observação da conduta de uma capital de um país da América do Sul (*vide* Anexo K).

ORGULHO

Podemos afirmar que o orgulho se funda no outro, a partir do recebimento de manifestações exclusivas (Goffman, 1959: 59) ou, o mesmo é escrever, do desigual trato entre indivíduos e da forma como interioriza o elogio social cada um deles. A mais simples e também mais banal forma de reconhecimento encontramos-la nos tipos de cumprimentos: notámos, ao observar os cumprimentos entre diferentes pessoas numa pequena festa, que o grau de confiança demonstrado pelos intervenientes era tanto maior quanto mais íntimo era o cumprimento: entre homens, do mero aperto de mão ao abraço; entre mulheres, da troca de beijos ao abraço.

A partir da observação participante em dois casamentos, ambos com matrimónio religioso, percebeu-se ser evidente uma manifestação gradativa de estados de orgulho. Os pais e padrinhos dos noivos, por ligação sentimental, mas também por proximidade espacial (sentados no banco mais dianteiro), mostraram-se sempre altamente orgulhosos. Num dos casos, por terem sido escolhidos para fazer leituras no âmbito do ritual litúrgico, cada um à sua maneira deu mostras de uma formidável serenidade.

Já na celebração mundana, a evidência fez-se de novo notar pela distribuição das mesas: os mais relevantes localizados mais próximo dos noivos. Em especial, o padrinho do noivo do primeiro casamento, pelo facto de ter ficado na mesa da família mais chegada, bem próximo da mesa principal (onde estava o recém casal), por várias vezes se direccionou ao casal, acenou, mostrando-se totalmente agradecido.

Torna-se quase redundante mencionar o supremo estado de orgulho dos noivos. Isto deve-se não apenas ao facto de serem o centro das atenções e de todas aquelas pessoas estarem ali por sua causa, mas também, parece-nos, por terem sido capazes de organizar tamanho evento, factor mais preponderante nos dias de hoje. O que ficou evidente foi o facto das diferentes manifestações de orgulho terem estado inerentes ao destaque concedido pela situação.

Um outro exemplo clássico foi por nós encontrado na mais famosa obra de Cervantes. O soberbo e fictício orgulho de *Don Quixote* é suportado pelo seu fiel acompanhante Sancho Pança. O facto de o primeiro julgar para si que as suas acções são dignas do mais alto status, faz com que toda a sua atitude se premeie por uma capa de orgulho. Estas acções dignas de status (status worthy) que garantem o sentir-se orgulhoso (Kemper, 2011: 248), fundam-se numa percepção de que aquilo que está a ser feito é desigual face ao comum, requerendo perícia. Neste caso o status concedido e o status que se assume recebido não se coadunam de maneira nenhuma, garantindo um não reconhecimento social desta consagração de prestígio.

DESPREZO

A existência de desprezo implica duas assumpções: é necessário que exista uma interacção social, isto é, a indiferença é diferente do desprezo pois este implica um relacionamento interaccional; e esta interacção pautar-se-á pela existência de um superior e um inferior, mesmo que estes não sejam exteriormente reconhecíveis ou que eles mesmos o sintam de outra forma.

Num dos contos de Tchékhev¹¹, uma miríade emocional se desdobra com forte cadência. Um desconhecido bate à porta de um médico a pedir a sua ajuda para salvar a mulher do primeiro; acontece que o filho do doutor acabava de morrer, deixando-o de rastos. Depois de alguma insistência, a promessa da rapidez da consulta convence-o a ir visitar a doente. Uma vez chegados à casa, ambos se deparam com o desaparecimento da mulher: esta havia fugido. Do espanto do médico, fundou-se um desprezo incontido, desprezo este motivado por um homem que o convenceu a sair da sua experiência tumular para um nada; já no caso do bem-apegoado homem, funda-se um outro tipo de desprezo, criado a partir da mostra de um orgulho ferido. A partir deste caso, percebemos como está na desigual evidência da expectativa, a fonte própria do desprezo. Assim, quando a expectativa se confronta com uma realidade interaccional insuficiente, desigual face ao esperado, o desprezo pode ser uma consequência emocional. Directamente associada a esta emoção, está a consequente variação de status conferido ao prevaricador.

O autor notou outra interessante característica associada a esta emoção. Numa observação do ambiente quotidiano, foram vistas mais de cem pessoas a cruzar-se sem nenhuma olhar especialmente para outra. Dentre estas interacções, a única que se revelou focada deveu-se ao facto de um dos indivíduos ter atirado um papel com aparente propósito para o chão, tendo uma pessoa que nesse momento observou a acção manifestado de imediato a sua repulsa. Interpretamos que esta atitude se deveu ao reconhecimento de uma superioridade moral face ao prevaricador, desconhecer ou desleixado face ao código prevalecente. Por outras palavras, o desigual entendimento do código de boa conduta conduziu uma presumível indiferente interacção, a uma participação activa de ambas as partes intervenientes.

ADMIRAÇÃO, ESPANTO, SURPRESA

Destas três emoções, a admiração é a que detém contornos mais sociais. Uma das mais puras expressões combinadas destas emoções é o riso que Hobbes entendeu como um “entusiasmo

¹¹ Tchékhev, Anton (2011), *Inimigos*, em *Contos Volume I*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, pp. 132-147.

súbito” (sudden glory), e que defendeu surgir a partir da comparabilidade com outrem com foco nos seus defeitos (Hobbes, 1951: 62; Pereira, 2016: 17). Baseados na hipótese de Kemper (2011: 61-63) de que o riso expressa essa vitória momentânea, garantindo status situacional ao indivíduo que ri, tomámos a liberdade de, dentre um pequeno grupo de amigos, avaliar a expressão do riso no menear interaccional.

Percebemos não apenas ser o riso uma forma fundamental de integração grupal e, como tal, aquele que ri integrar-se com mais facilidade no núcleo; mais importante, o responsável pelo despoletar do riso alheio, em geral, destacou-se face aos restantes participantes. Assim, o controlo do riso, mais do que rir, torna-se um factor de status fundamental, em especial nos pequenos ajuntamentos interaccionais. Se bem entendermos, aquele que faz rir mantém uma posição manifestamente desigual face aqueles que riem, garantindo-lhe o destaque não apenas da compreensão e respectiva vitória (o criador compreende aquilo que cria), mas também devido à posse da própria criação do factor de integração do grupo em si mesmo. Desta maneira, o riso encarna uma materialização corpórea de reflexos sociais, de um estado de desigualdade circunstancial, face àquele que não ri.

Por forma a tentarmos compreender o despoletar da surpresa, deslocamo-nos ao espaço público, para observar pessoas a serem ultrapassadas por outras nos passeios. Isto permitiu-nos perceber que, quando um indivíduo de aparência normal segundo os parâmetros urbanos ultrapassava outros (por exemplo, a correr para apanhar um transporte público), não criou em momento algum, surpresa noutros; no entanto, quando o indivíduo apressado não respeitava estes parâmetros expectáveis, por não raras vezes se surpreenderam os peões ultrapassados. Mais uma vez, percebemos ser a desigualdade situacional a causa fundamental do despoletar emocional: quando não apenas a atitude, mas acima de tudo a roupagem social difere do esperado, eis o espanto ou a surpresa.

Vários são os pensadores que dão como primeiro conselho a pupilos em projecto, o escolher um guia, um homem que os inspire e motive para o seu próprio processo de formação e eventual produção futura. Se muitos vêm em cristo o ideal salvífico, Lucrecio tinha Epicuro por seu “deus” e sobre os seus ensinamentos escreveu o seu “Da Natureza das Coisas”, enquanto Schopenhauer decidiu elevar Kant a esse pedestal. O mesmo vemos hoje na idolatria de tantas crianças aspirantes a desportistas de excepção admirar Messi, Phelps ou Bolt. O que pauta todas estas aspirações ideais (por oposição às aspirações pragmatistas antes mencionadas) é precisamente a inatingibilidade que tamanhas figuras representam. Na expressão social que tiveram encontra-se o desejo todo fruto da ambição, não de se equiparar aos seus feitos, mas mais propriamente de honrá-los e ser capazes de expressar de alguma forma parte dos seus

ensinamentos ou conquistas: o fundo, o ponto fundamental desta ligação não é mais do que a profunda desigualdade estabelecida entre admirador e admirado, que quando reconhecida em toda a sua extensão pode conduzir a admiração aos mais altos níveis de veneração. Apesar de mais livre, a expressão emocional desses envoltimentos de admiração é sempre circunstancial, no interior de cada um, mas sempre como reflexo da anterior expressão social atingida pelo ideal objectivado, augurada pelo admirador.

CIÚME

A relação amorosa tem sido enormemente escanhoada por romancistas ou literatos, mas, infelizmente, esquecida por filósofos e sociólogos. Seguindo a abordagem levada a cabo por Kemper (2006: 104-107) tomamos o amor como “a emoção de status levada ao extremo”. Esta acepção é relevante pois leva-nos a diferenciar o amar do gostar: amar implica dar sem esperar retorno, seja ele qual for; gostar ou simpatizar, no entanto, exige reciprocidade accional, implicando assim que gostamos se gostarem de nós.

Para percebermos isto, leia-se um exemplo. No famoso romance de Goethe, “Werther”, o jovem Werther apaixona-se por Carlota, rapariga casada com outro homem. A maturação do interesse por ela, contrastando com a impossibilidade da concretização do seu amor, conduz a um desespero total, inconsolável: “[t]enho tantas coisas em mim, e a minha adoração por ela tudo absorve! Tantas coisas e, sem ela, tudo se reduz a nada!”. Esta obsessão ganhou contornos tais que o trágico final de Werther acaba por ser a sua única opção de libertação deste aparente triângulo amoroso.

O ciúme surge, seguindo Goldie (2000: 229-232), não apenas porque ao darmos (ou recebermos) tanto, acabamos por tomar o outro como posse, também porque, nos interesses e planos que se tem para a relação, existe um rival, real ou imaginado. A partir do exemplo mencionado, a desigualdade disposicional é tal que, aquele que deu tudo de si e em si para a outra, nada recebeu senão a não concretização do seu desejo. O desequilíbrio magistral entre o status conferido e recebido tornou-se tão grande que acabou por ser insuportável.

Para alargar o nosso espectro exemplificativo, observámos casais jovens a aguardar por transportes públicos, focando-nos nas situações em que outra pessoa dá mostras de interesse por um dos membros do casal. Percebemos ser maior o interesse (declarado) pelo membro feminino do casal, acontecendo muito mais elevado número de vezes as situações explícitas de focalização. Observámos: olhares fixos, trocas de comentários entredentes, manifestações de exibição própria (ver o aspecto no ecrã do telemóvel, observação das partes musculares do

corpo, entre outros), sendo que este aspecto foi o que percebemos mais comum nos elementos femininos exteriores ao casal. O ciúme surgiu, em geral, quando o membro do casal apreciado se mostrou atento aos ditos ou acções alheias, intentados para si. Nessa consideração do terceiro elemento, nesse assumir focado da sociabilidade da situação se encontra o desequilíbrio, pois aquele que julgava ser exclusiva a atenção recebida passa a vê-la momentaneamente repartida: a exclusividade, vivida em indiferença face à diferença do restante mundo, caí na sociabilidade, inerentemente desigual na grande maioria das suas manifestações.

CONCLUSÃO

Foi nosso propósito dar conta da necessidade de reorganizar o corrente modelo pensante, por forma a melhor compreender o mundo social que hoje nos rodeia. Fizemo-lo a partir da enunciação de vários episódios banais da vida social quotidiana, bem como de traçados imaginados e exemplos vários, explorando uma das mais centrais facetas da sociabilidade e experiência humanas: a emoção. Se é arriscada a hipótese levantada de associar a desigualdade à expressão emocional no que concerne ao viver social, reafirmamos a necessidade de apenas pela livre observação e interpretação episódica ser possível perceber estas facetas. Por mais sub-reptício que possa parecer este olhar, encaramo-lo como ponto disruptivo, ponto de viragem ou recomeço observacional.

A visão da experiência social como sempre-presente desigual, não é mais do que a assumpção total da pluralidade. É a evidência da distribuição diferente de todo o fenómeno, enquanto facto consumado e experiência individual interpretativa. É neste sentido que expor uma concepção geral da desigualdade é garantir uma abertura libertadora, uma perspectiva que permite mais por admitir mais, sem por isso reduzir-se a uma visão relativista.

Seguindo a análise de Collins (2000; 2004) pudemos dar melhor conteúdo à nossa análise. Suplantando a sua visão apoiada em Weber, mas ainda estática porque muito ligada à estratificação, agora emocional, demos ênfase às suas considerações de que somente na experiência episódica, micro-situada, é possível antever as alterações em permanente mutação do relacionamento humano, e os sucessivos equilíbrios que aí se formam, em contínuo movimento (2004: 131-132). Não apenas porque o carácter económico é cada vez mais volátil para ser utilizado como factor distintivo, destacam-se as emoções como factor mais propriamente sociológico, e como fonte integradora por excelência, com um vasto campo ainda por explorar.

A diluição desses factores de distinção económica é facilmente demonstrada a partir da mostra de um exemplo prático da democratização cultural, com todos os seus revezes, pese embora a actual quase total possibilidade de participar no fruir cultural, pela disponibilidade cada vez mais livre das mais variadas expressões artísticas: é perceptível o folclore que paira em grande parte da suposta apreciação (*vide* Anexo L), apenas distinguível na diferenciação emocional constante dessa fruição.

Por outro lado, tendo como pano de fundo o ideário exposto por Durkheim (1912), e apelando para a necessária interpretação do tecido social contemporâneo, tentámos perceber como a partir de um espaço mais individualizado no que concerne às mais pequenas partículas

diferenciadoras, as emoções são o efectivo factor integrador na experiência quotidiana. Integrador porque social, no espectro da sociabilidade que identificámos, noção mais abrangente face à redutora concepção de solidariedade. Não apenas a maior padronização das práticas rituais quando vistas de cima, também a cada vez maior unilateralidade dos ideários partilhados no todo social, torna esquecida a prática situacional, fechando-nos os olhos para as suas tamanhas minudências particulares. A experiência emocional proveniente de toda a socialização, por fazer denotar a existência, a influência do outro em mim, dá-lhe esse carácter de integrador por excelência.

É relevante ter bem presente que só é possível compreender a emanção emocional entre os homens, se nos afastarmos da recolha fútil de dados com o fito de construir realidades fictícias com pretensão factual, e focarmos a nossa atenção em todo o caso particular, por mais trivial que a sua aparência possa parecer.

À primeira vista parece paradoxal a desigualdade disposicional servir de estímulo para o enlevo emocional. Logo percebemos, no entanto, que esta desigualdade não é senão a pluralidade da natureza humana vivida *in loco*, e toda a emoção nasce de um contraste, de uma diferença significante face a um estado anterior. Deixamos espaço suficiente para que cada um o comprove, sentindo-o, em si mesmo, através das suas próprias experiências sociais.

BIBLIOGRAFIA

- Abell, Peter (2000), *Sociological theory and rational choice theory*, em Bryan S. Turner (org.), *The Blackwell Companion to Social Theory*, Oxford, Blackwell, (2ª edição);
- Abram, David (2007 [1996]), *A Magia do Sensível*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Alexander, Jeffrey C. (2007), *The Meaningful Construction of Inequality and the Struggles Against it: A 'Strong Program' Approach to How Social Boundaries Change*, *Cultural Sociology* 1, pp. 23-30;
- (1987), *What is theory?*, em Jeffrey C. Alexander, *Sociological Theory Since 1945*, Londres, Hutchinson;
- Aristóteles (1998 [s.a.]), *Política*, Lisboa, VEGA;
- Atkinson, Anthony B. (2016 [2015]), *Desigualdade - o que fazer?*, Lisboa, Bertrand Editora;
- Barbalet, Jack (2002), *Introduction: Why emotions are crucial*, em Jack Barbalet (org.), *Emotions and Sociology*, Oxford, Blackwell Publishing;
- Berger, Jonah e Devin Pope (2011), *Can Losing Lead to Winning?*, *Management Science* vol. 57 n. 5, pp. 817-827;
- Blau, Peter (1977), *Inequality and Heterogeneity: A Primitive Theory of Social Structure*, Nova Iorque, Free Press;
- Boudon, Raymond (2003), *Raison, Bonnes Raisons*, Paris, Puf;
- (1989), *Subjective Rationality and the Explanation of Social Behavior*, *Rationality and Society* vol. 1 n. 2, pp. 173-196;
- (1990 [1984]), *O lugar da desordem*, Lisboa, Gradiva;
- (1979 [1973]), *L'inégalité des chances*, Paris, Armand Colin (2ª edição);
- Bourdieu, Pierre (2017 [2001]), *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70;
- Brante, Thomas (2001), *Consequências do realismo na construção de teoria sociológica*, *Sociologia Problemas e Práticas*, 36: 9-38;
- Burke, Peter (1980), *Sociologia e História*, Porto, Edições Afrontamento;
- (1978), *Popular Culture in Early Modern Europe*, Nova Iorque; Harper & Row publishers;
- Cohen, Ira J. (2000), *Theories of action praxis*, em Bryan S. Turner (org.), *The Blackwell Companion to Social Theory*, Oxford, Blackwell (2ª edição);
- Coleman, James (1994 [1990]), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press;
- Collins, Randall (2005 [2004]), *Interaction Ritual Chains*, Princeton, Princeton University Press;
- (2000), *Situational Stratification: A Micro-Macro Theory of Inequality*, *Sociological Theory* 18:1, pp. 17-42;

- (1993), *Emotional Energy as the Common Denominator of Rational Action*, *Rationality and Society* vol. 5 n. 2, pp. 203-30;
- Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Lisboa, Europa-América;
- Damásio, António (2004 [2003]), *Ao Encontro de Espinosa: as emoções sociais e a neurologia do sentir*, Braga, Círculo de Leitores;
- (2014 [1994]), *O Erro de Descartes*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores (Reimpressão);
- Dawkins, Richard (2016 [1989]), *The Selfish Gene*, Grã-Bretanha, Oxford University Press (2ª edição);
- Deaton, Angus (2017), *Thinking about Inequality*, *Cato's Letter* 15, pp. 1-5;
- DeCelles, Katherine A. e Michael I. Norton (2016), *Physical and situational inequality on airplanes predicts air rage*, *PNAS* vol. 113 n. 20, pp. 5588-5591;
- Dirksmeier, Peter e Ilse Helbrecht (2015), *Everyday urban encounters as stratification practices*, *City* vol. 19 n. 4, pp. 486-498;
- Durkheim, Émile (2002 [1912]), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Oeiras, Celta Editora;
- Ekman, Paul (2004 [2003]), *Emotions Revealed: Understanding Faces and Feelings*, Grã-Bertanha, Orion Books;
- (1999), *Basic Emotions*, em Tim Dalgleish e Mick J. Power (orgs.), *Handbook of Cognition and Emotion*, Chichester, John Wiley & Sons, Ltd.;
- Elster, Jon (2009), *Alexis de Tocqueville, the First Social Scientist*, Cambridge, Cambridge University Press;
- (1996), *Rationality and the Emotions*, *The Economic Journal*, Vol. 106 n. 438, pp. 1386-1397;
- (1999 [1989]), *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Fehr, Ernst e Herbert Gintis (2007), *Human Motivation and Social Cooperation: Experimental and Analytical Foundations*, *The Annual Review of Sociology* 33, pp. 43-64;
- Festinger, Leon (1954), *A Theory of Social Comparison Processes*, *Human Relations*, 7, pp. 117-140;
- Fields, Jessica, Martha Copp e Sherryl Kleinman (2006), *Symbolic Interactionism, Inequality, and Emotions*, em Jen Stets e Jonathan Turner (orgs.), *Handbook of the Sociology of Emotions*, Boston, Springer;
- Frankfurt, Harry G. (2016 [2015]), *Sobre a Desigualdade*, Lisboa, Gradiva;
- Giddens, Anthony (2017 [1984]), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity;
- Goffman, Erving (1983), *The interaction order*, *American Sociological Review* 48, pp. 1-17;

- (1982 [1967]), *Interaction Ritual: Essays on Face-to-face Behavior*, Nova Iorque, Pantheon Books;
- (1966 [1963]), *Behavior in Public Places*, Nova Iorque, Free Press;
- (1990 [1959]), *The Presentation of Self in Everyday Life*, Londres, Penguin Books;
- Goldie, Peter (2009 [2000]), *The Emotions: A Philosophical Exploration*, Grã-Bretanha, Oxford University Press;
- Grimes, Michael D. (2007), *The Functionalist Perspective on Social Inequality: Some Neglected Theoretical and Conceptual Roots*, *Sociological Inquiry* 58(2), pp. 182-193;
- Hall, Peter (1998), *Cities in Civilization*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, pp. 69-113;
- Hobbes, Thomas (2010 [1651]), *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (4ª edição);
- Jasso, Guillermina (2017), *Inequality in the Distribution of a Good is a Bad and Inequality in the Distribution of a Bad is a Good*, *European Sociological Review*, pp. 1-11;
- Kant, Immanuel (2017 [1797]), *A metafísica dos Costumes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Katz, Jack (2015), *A Theory of Qualitative Methodology: The Social System of Analytic Fieldwork*, *Méthod(e)s: African Review of Social Sciences Methodology* 1, pp. 131-146;
- (1999), *How Emotions Work*, Chicago, The University of Chicago Press;
- Kelley, Jonathan e M.D.R. Evans (2016), *Societal Inequality and individual subjective well-being: Results from 68 societies and over 200,00 individuals, 1981-2008*, *Social Science Research* 62, pp.1-23;
- Kemper, Theodore D. (2016 [2011]), *Status, Power and Ritual Interactions: A Relation Reading of Durkheim, Goffman and Collins*, Londres, Routledge;
- (2006), *Power and Status and the Power-Status Theory of Emotions*, em Jen Stets e Jonathan Turner (orgs.), *Handbook of the Sociology of Emotions*, Boston, Springer;
- (2002), *Predicting emotions in groups: some lessons from September 11*, em Jack Barbalet (org.), *Emotions and Sociology*, Oxford, Blackwell Publishing;
- (1993), *Reason in Emotions or Emotions in Reason, Rationality and Society*, Vol. 5 No. 2, pp. 275-282;
- (1987), *How Many Emotions Are There? Wedding the Social and Autonomic Components*, *The American Journal of Sociology* 93, pp. 263-89;
- Kemper, Theodore D. e Randall Collins (1990), *Dimensions of Microinteraction*, *American Journal of Sociology* vol. 96 n. 1, pp. 32-68;
- Lawler, Edward J. e Shane R. Thye (1999), *Bringing Emotions into Social Exchange Theory*, *Annual Review of Sociology* vol. 25, pp. 217-244;
- LeDoux, Joseph (1999 [1996]), *The Emotional Brain: The Mysterious Underpinning of Emotional Life*, Grã-Bretanha, Orion Books;

- Locke, John (2008 [1689]), *Dois Tratados do Governo Civil*, Lisboa, Edições 70;
- Lockwood, Penelope e Ziva Kunda (1997), *Superstars and Me: Predicting the Impact of Role Models on the Self*, *Journal of Personality and Social Psychology* vol. 73 n. 1, pp. 91-103;
- Mann, Michael (2012 [1986]), *The Sources of Social Power*, Vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press (nova edição);
- Manning, Philip (2016), *Goffman and Empirical Research*, *Symbolic Interaction*, Vol. 39 n. 1, pp. 143–152;
- Marx, Karl (2017 [1844]), *Manuscritos Económico-Filosóficos*, Lisboa, Edições 70;
- Mead, George Herbert (1925), *The Genesis of the Self and Social Control*, *The International Journal of Ethics*, Vol. 35 n. 3, pp. 251-277;
- Merton, Robert K. (1948), *The Bearing of Empirical Research upon the Development of Social Theory*, *American Sociological Review* vol.13 n. 5, pp. 505-515;
- (1945), *Sociological Theory*, *American Journal of Sociology* vol. 50 n. 6, pp. 462-473;
- Panksepp, Jaak (1982), *Toward a general psychobiological theory of emotions*, *The Behavioral and Brain Sciences* vol. 5, pp. 407-467;
- Parsons, Talcott (1970), *Equality and Inequality in modern society, or social stratification revisited*, *Sociological Inquiry*, 40 (2), pp. 13-72;
- (1967 [1937]), *The Structure of Social Action*, vol. 1, Nova Iorque, The Free Press;
- Payne, Geoff e Judy Payne (2004), *Key Concepts in Social Research, California*, Sage Publications, pp. 157-161;
- Pereira, Ricardo Araújo (2016), *A doença, o sofrimento e a morte entram num bar*, Lisboa, Edições tinta-da-china;
- Piketty, Thomas (2014 [2013]), *O Capital no Século XXI*, Lisboa, Temas e Debates,
- Pinker, Steven (2018), *Enlightenment Now: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress*, Nova Iorque, Viking;
- Pires, Rui Pena (2012), *O problema da ordem*, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, pp. 31-45;
- (2007), *Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e estrutura*, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, pp. 11-50;
- Rawls, John (2003 [1971]), *A Theory of Justice*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press (edição revista);
- Rousseau, Jean-Jacques (1999 [1755]), *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Lisboa, Plátano Editora;

- Scheidel, Walter (2017), *The Great Leveler: Violence and The History of Inequality from The Stone Age to the Twenty-first Century*, Grã-Bretanha, Princeton University Press;
- Schopenhauer, Arthur (s.a.), *La Vida el Amor y la Muerte*, Barcelona, Casa Editorial Lezcano;
- Scott, John (2012 [1995]), *Sociological Theory. Contemporary Debates*, Cheltenham, Edward Elgar, (2ª edição);
- (2011), *Conceptualising the Social World. Principles of Sociological Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 176-213;
- (2006 [2001]), *Power*, Cambridge, Polity Press;
- Sen, Amartya (2000 [1992]), *Inequality Reexamined*, Cambridge, The Harvard University Press;
- Simmel, Georg (1959), *The Sociology of Georg Simmel*, Nova Iorque, The Free Press;
- (1964), *Conflict and The Web of Group-Affiliations*, Nova Iorque, The Free Press;
- Smith, Eric Alden et al. (2010), *Wealth Transmission and Inequality among Hunter-Gatherers*, Current Anthropology vol. 51 n. 1, pp. 19-34;
- Starmans, Christina, Mark Sheskin e Paul Bloom (2017), *Why people prefer unequal societies*, Nature Human Behaviour 1, pp. 1-7;
- Thamm, Robert A. (2006), *The Classification of Emotions*, em Jen Stets e Jonathan Turner (orgs.), *Handbook of the Sociology of Emotions*, Boston, Springer;
- Therborn, Göran (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge, Polity Press, cap. 4;
- Tilly, Charles (1999), *Durable Inequality*, Berkeley, University of California Press;
- (2005), *Historical Perspectives on Inequality*, em Mary Romero e Eric Margolis (org.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, EUA, Blackwell Publishing;
- Tocqueville, Alexis de (2008 [1835 e 1840]), *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio D'Água Editores;
- Turner, Bryan (2003), *Social Capital, Inequality and Health: the Durkheimian Revival*, Social Theory & Health vol. 1, pp. 4-20;
- Turner, Jonathan H. (2009), *The Sociology of Emotions: Basic Theoretical Arguments*, Emotion Review vol. 1 nº 4, pp. 340-354;
- (2003), *Sociological theory*, em *The Structure of Sociological Theory*, California, Wadsworth, (7ª edição);
- (2002), *Face to Face: Toward a Sociological Theory of Interpersonal Behavior*, California, Stanford University Press;
- (2000), *On the Origins of Human Emotions*, California, Stanford University Press;
- (1988), *The Structure of Social Interaction*, California, Stanford University Press;
- (1987), *Toward a Sociological Theory of Motivation*, American Sociological Review, Vol. 52 n. 1, pp. 15-27;

Waters, Malcolm (2000 [1994]), *Modern Sociological Theory*, Londres, SAGE;

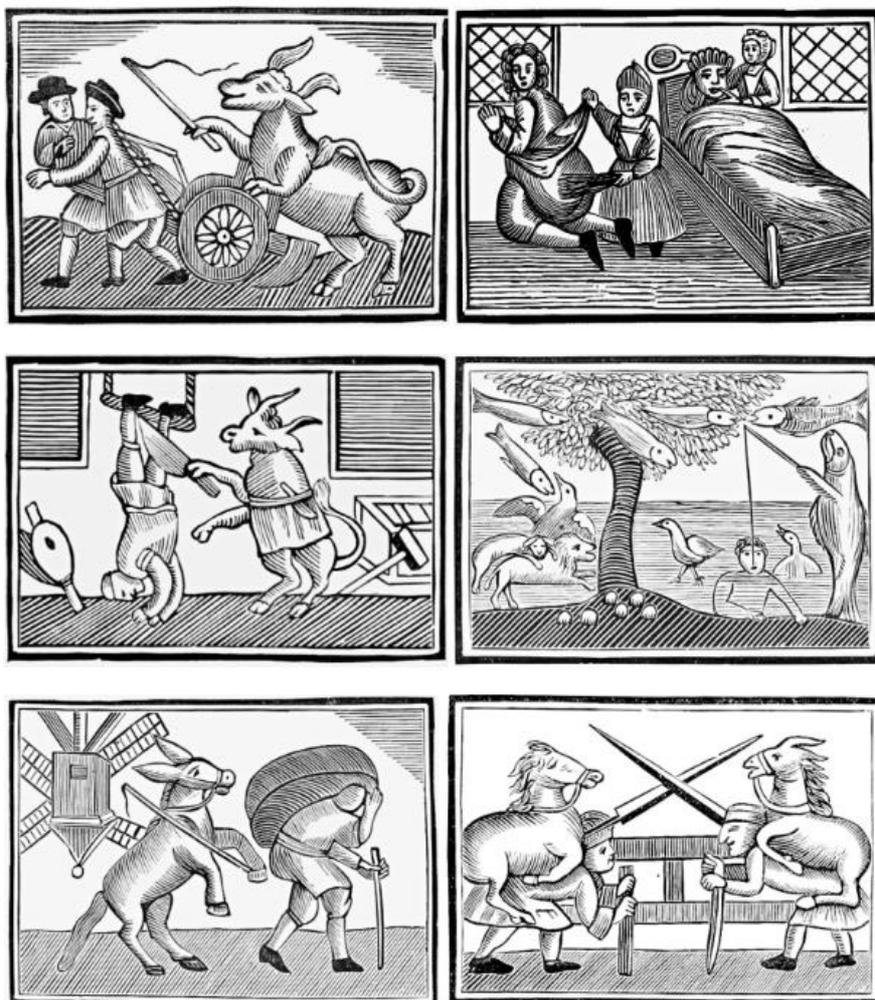
Weber, Max (1994), *Sociological Writings*, Nova Iorque, The Continuum Publishing Company;

————— (1964 [1956]), *Economía y Sociedad*, Vol. 1, México, Fondo de Cultura Económica (2ª edição);

Wrong, Dennis H. (1961), *The Oversocialized Conception of Man in Modern Sociology*, American Sociological review vol. 26 n. 2, pp. 183-193.

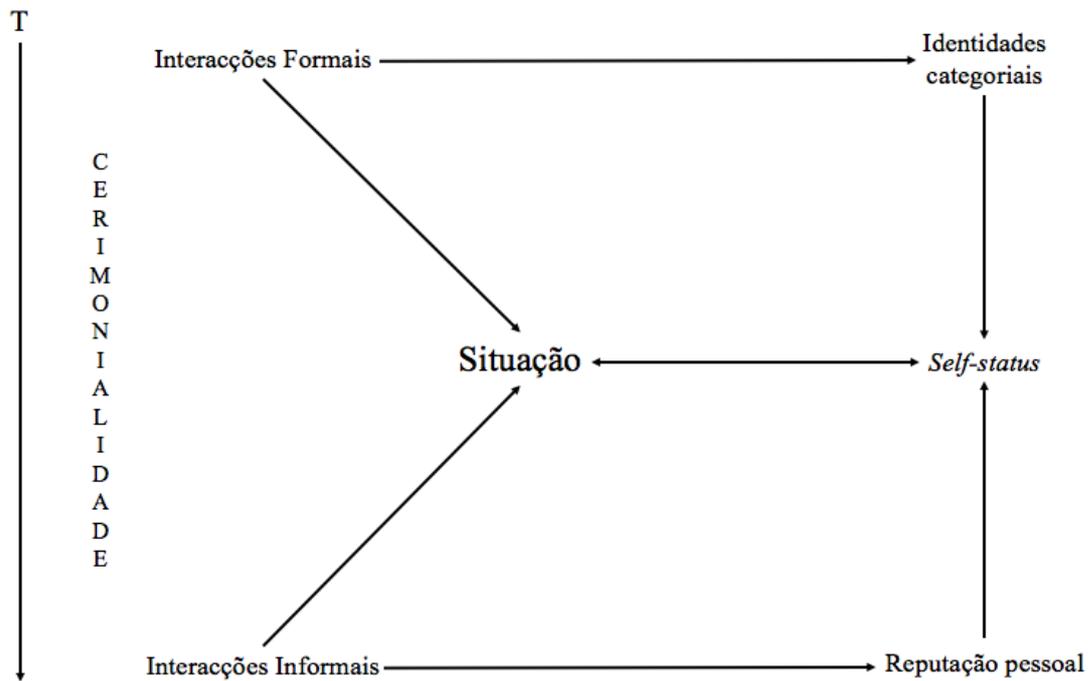
ANEXOS

ANEXO A – ILUSTRAÇÕES DA IDEIA DO MUNDO VIRADO AO
AVESSO, LITERATURA DE CORDEL DO SÉCULO XVIII



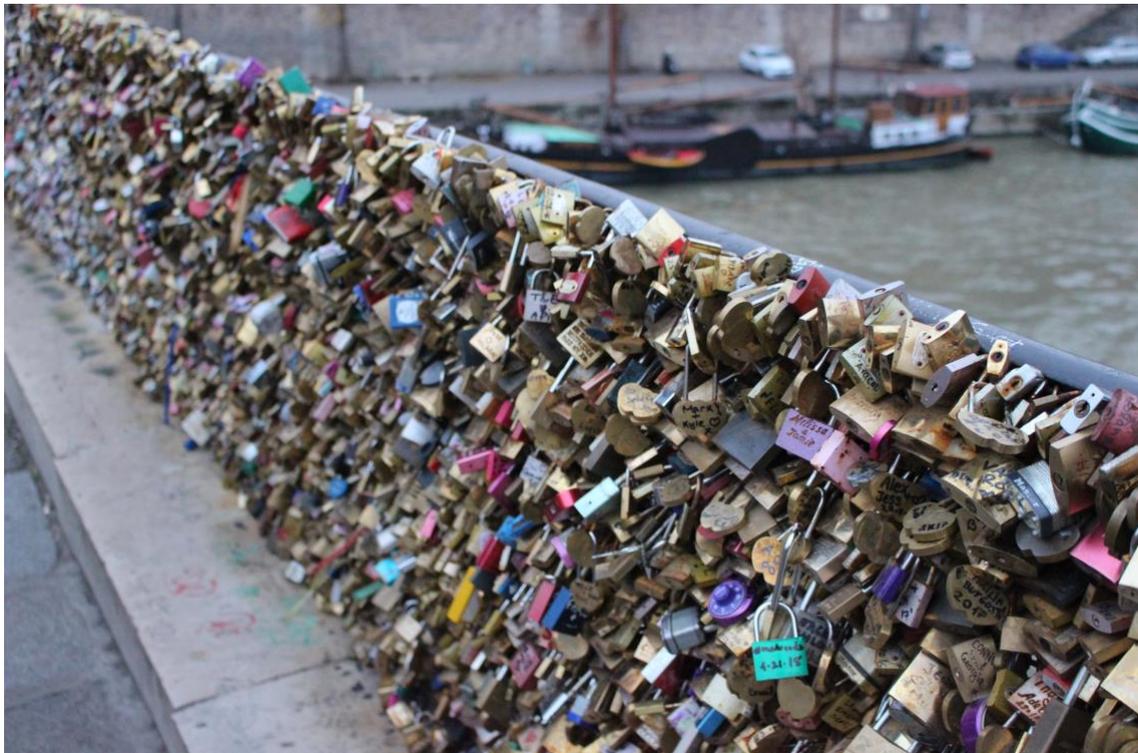
Fonte: <https://roaringwaterjournal.com/2017/02/26/licking-the-lizard-or-the-world-turned-upside-down/>, acessido em 3 de Maio de 2019

ANEXO B – INTERACÇÕES SITUADAS NO ESPAÇO E NO TEMPO



Fonte: Autor

ANEXO C – REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS CERIMONIAIS, PARIS



Fonte: Autor

ANEXO D – ANTIGOS ESPAÇOS DE RECREIO, PALÁCIO DE MAFRA



Fonte: Autor

ANEXO E – CERIMÓNIA RELIGIOSA, CONVENTO DE MAFRA



Fonte: Autor

ANEXO F – DONALD TRUMP EM CAMPANHA, TEXAS, OUTUBRO 2018



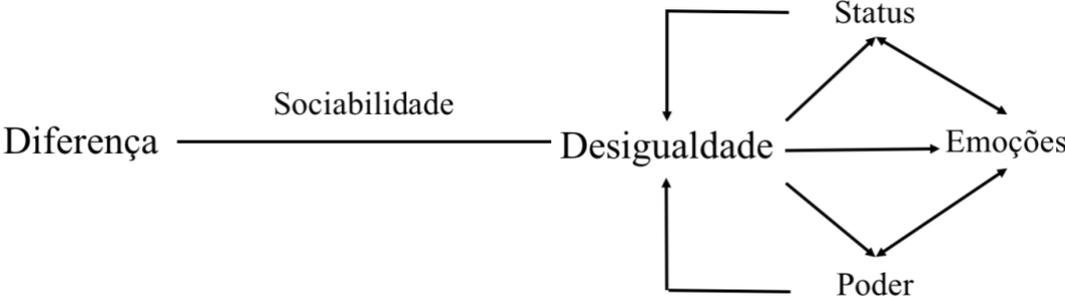
Fonte: https://www.theepochtimes.com/in-photos-trump-rally-in-houston-texas_2697968.html,
acedido em 20 de Maio de 2019

ANEXO G – FILA DE ESPERA NUMA PARAGEM, BUDAPESTE



Fonte: Autor

ANEXO H – DESPOLETAR DE EMOÇÕES (SOCIAIS) EM INTERACÇÃO



Fonte: Autor

ANEXO I – PEÕES AGUARDAM PELO SINAL VERDE, BUDAPESTE



Fonte: Autor

ANEXO J – REPREENSÃO SOCIAL, LISBOA



Fonte: Autor

ANEXO K – O DESRESPEITO PELA ORDEM, LIMA, PERU



Fonte: Autor

ANEXO L – UM PÚBLICO NO MUSEU DO LOUVRE, PARIS



Fonte: Autor